



JOÃO MELO, ANTIGO DEPUTADO DO MPLA

“O MPLA tem de combater a corrupção, se quiser continuar a governar”

GRANDE ENTREVISTA. O antigo deputado do MPLA tem fé que João Lourenço lee adiante o combate à corrupção, porque entende que o partido não tem alternativa. João Melo acredita que José Eduardo vai deixar o partido em 2018, conforme promessa do Presidente. E pensa que a possibilidade do poder bicéfalo não é “positiva”. Quanto ao impasse eleitoral, diz que a oposição está equivocada.
Págs. 4 a 7

Construção nos eurobonds

O Ministério da Construção foi autorizado a realizar despesas para projectos de investimento público, enquadrados no financiamento dos eurobonds. Um decreto presidencial justifica a decisão com a necessidade de se realizar despesas em moeda estrangeira para o referido financiamento. Pág.14



DIFICULDADES FINANCEIRAS EM CAUSA

TURA vai despedir 125 trabalhadores

A transportadora avança que tem de reduzir o pessoal em 25%, argumentando que é a única forma de evitar a falência e salvar pelo menos outros 337 postos de trabalho. Parte do problema na tesouraria é explicado pelas dívidas do Governo, calculadas em 500 milhões de kwanzas. Pág.18

Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 199,1 Kz (+2,72) ▲ LIBRA 215,34 kz (+1,24) ▲ YUAN 25,16 kz (+0,16) ▲ RAND 12,78 Kz (-0,62) ▼

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



Editorial

QUANDO FALTA O BOM SENSO

O anúncio de que o Supremo Tribunal do Quênia anulou os resultados das eleições presidenciais naquele país e ordenou a repetição do pleito adensou o debate em Angola sobre a crise em torno das eleições de 23 de Agosto. Tal como os angolanos, os quenianos lamentam a sorte a que são agora sujeitos, depois de cumprirem o seu dever cívico de maneira exemplar, com o qual esperavam contribuir para o reforço das suas instituições.

A comparação é inevitável. Enquanto o país do ocidente de África realizou as presidenciais directas, Angola votou nas segundas eleições parlamentares ancoradas na Constituição de 2010, que devem indicar o próximo Chefe de Estado e 220 deputados ao parlamento. Lá e cá, as reclamações da oposição iniciaram muito antes da votação, mas adensaram-se logo a seguir ao voto, com a oposição queniana centrando o seu alvo no processo que levou àquele momento decisivo.

Em Angola, o cerne parece residir no apuramento de milhões de votos que a UNITA e a CASA-CE, as principais inconformadas, acreditam estar a decorrer de forma sonogada e fraudulenta.

A comunicação que não passa entre a CNE e as duas principais forças da oposição ameaçam adensar o impasse eleitoral,

sendo certo que nem o anúncio dos resultados finais do pleito, em princípio nesta quarta-feira, não deverá pôr fim a este cenário. Pelo contrário. A julgar pelos pronunciamentos, nota-se a esta altura que um e outro lado estão, providencialmente, a contar espingardas para próximos dias, pois sabe-se que a oposição pretende ir o mais longe possível nas suas contestações.

Supunha-se que a intervenção do Tribunal Constitucional pudesse proporcionar algum degelo, mas assim não está a ser. O órgão que faz de Tribunal Eleitoral indeferiu, esta semana, o pedido de impugnação dos resultados apresentados pela CASA-CE, no que terá sido apenas o primeiro de uma série de medidas extremas, mas legais, para fazer prevalecer a sua razão.

A única coligação eleitoral em Angola alega que nenhum mandatário da oposição assistiu ao apuramento escrutínio e nem recebeu cópia das actas produzidas, conforme determina a Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais.

A CASA-CE ajunta que os resultados não podem ser considerados válidos porque a divulgação dos resultados nacionais apenas é possível à medida que a CNE for recebendo os dados fornecidos pelas comissões provinciais eleitorais. O TC desvalorizou esses e outros argumentos e chancelou a conduta da CNE, bem como dos seus resultados provisórios.

Consta que a UNITA também

pretende apelar pela anulação dos resultados, sendo que estará apenas a cobrir os flancos que Rui Ferreira detectou na petição de Abel Chivukuvuku. Ou seja, prepara-se melhor para anular o contra-ataque...

Na balança dos prós e contras, salvaguardada a necessária equidistância e equilíbrio de avaliação, claramente sobressai a realidade de um país refém dos desentendimentos dos políticos, legisladores e equiparados que ameaçam ensombrar o corolário de todo o processo. Sendo pouco provável que a CNE claudique ou que a oposição lance a toalha ao tapete e admita a lisura nas percentagens de votos que a primeira lhe atribui, será justa conclusão de que o impasse está aí para durar, sabe-se até quando.

Daí, também, ser avisado antever já a atitude dos inconformados quanto à tomada de posse do novo Chefe de Estado. Irão boicotar? Provavelmente. Vamos lembrar que, em 2012, Isaías Samakuva recusou o convite para se deslocar ao Memorial Dr. Agostinho Neto e só muito a custo A. Chivukuvuku o fez.

É pouco provável que tal se viesse a verificar-se no parlamento. Ainda assim, ficaria a imagem de uma classe que não conseguiu alcançar um entendimento 'básico' e transportou falta de bom senso para um momento que, por definição, deve representar a união em torno de um objectivo maior, que é a estabilidade do país e o foco em outras prioridades nacionais.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, César Silveira, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes
comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721;

Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade,
Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510,
222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Belarmino Van-Dúnem,
PCA da APIEX

Está há oito meses na direcção da APIEX. Que desafios se propõe ultrapassar?

Trabalhar, coordenar e estar em sintonia com o Ministério do Comércio, no processo de promoção das exportações e na captação de investimentos para Angola.

Que resultados espera alcançar com a realização da feira de Maputo?

O governo moçambicano disponibilizou, a custo zero, um stand de 25 metros quadrados para empresas angolanas. A Feira Internacional de Maputo (FACIM), é um evento multisectorial organizada pelo Instituto de Apoio às Exportações (IPEX) e tem como principal objectivo promover o contacto entre expositores nacionais e internacionais. Portanto, vamos divulgar as nossas potencialidades e atrair investidor.

Anunciou, para breve, a celebração de um protocolo entre a Zona Económica Especial (ZEE) e a APIEX. Qual é a finalidade?

Pensamos que a ZEE precisa de ser explorada. Para tal, a APIEX vai assinar com a ZEE um protocolo para a atracção de investidores quer sejam nacionais ou estrangeiros nos diversos sectores para a diversificação da economia.

22 TERÇA-FEIRA

A Comissão do Mercado de Capitais foi admitida como membro ordinário da Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários, para dotar o sistema financeiro de um mercado de valores mobiliários transparente e eficiente.

30 QUARTA-FEIRA

A Sonair procedeu, no Zaire, à abertura da rota comercial no triângulo Mbanza Kongo/Soyo/Luanda e vice-versa, com três frequências semanais. A companhia anunciou que poderá recorrer a um avião de médio porte (737), nos próximos tempos, caso seja necessário, estando o preço da nova rota estipulado 19.950 kwanzas.

31 QUINTA-FEIRA

A Associação das Mulheres Empresárias de Malanje apresentou ao governo da província um memorando que visa a retirada de vendedoras ambulantes das principais artérias da cidade para enquadrá-las no mercado formal.



SEGUNDA-FEIRA

O BNA anunciou ter vendido, nos últimos sete dias anteriores, um total de 169,4 milhões de euros (equivalente a 189,3 milhões USD) ao mercado financeiro, dos quais 59,4 milhões de euros foram vendidos por via de cartas de créditos asseguradas pelo banco central angolano para cobrir operações nos sectores da agricultura, indústria, pescas e bens alimentares.

O Ministério das Finanças anunciou que a quantidade de diamantes exportada por Angola aumentou quase 7% entre Junho e Julho, chegando aos 858.919,13 quilates, correspondente a vendas globais que subiram para 98,3 milhões de dólares.



Angola vai beneficiar de apoio técnico da Associação Regional de Laboratórios da SADC para apoiar a futura associação angolana de laboratórios, afirmou, em Luanda, a directora-adjunta do Instituto Angolano de Acreditação (IAAC), Cláudia Simões.



Dados preliminares das contas monetárias referentes a Julho de 2017 revelam que o crédito à economia aumentou em 1,75%, enquanto o crédito bruto ao Governo Central (titulado e não titulado) diminuiu em 0,96 %, segundo o comité de política monetária do BNA.



COTAÇÕES



SETEMBRO ARRANCA COM GANHOS

Na primeira semana do nono mês, as bolsas europeias encerraram em alta, um ganho que já segue na terceira sessão consecutiva, depois de os mercados terem atingido mínimos de seis meses no início da semana. Os principais índices entram no novo mês com sinal verde, depois de terem registado em Agosto a terceira desvalorização consecutiva. O índice de referência para a Europa, o Stoxx600, subiu 0,60% para 376,14 pontos.



EURO FECHA ABAIXO DE 1,19 DÓLARES

A moeda única europeia encerrou a semana passada a negociar em queda face ao dólar, depois de terem sido revelados dados pela Markit Economics que mostram que a actividade industrial nos EUA cresceu. Os empregos neste sector registaram a maior subida desde 2013. Assim, o euro desce 0,27% para 1,1877 dólares, continuando a corrigir dos fortes ganhos que o levaram a superar, no início da semana, a fasquia dos 1,20 dólares, o valor mais elevado desde Janeiro de 2015.

Entrevista

JOÃO MELO, MEMBRO E ANTIGO DEPUTADO DO MPLA

“A narrativa da fraude vem sendo construída há um ano”

A conversa com João Melo começou pelo impasse eleitoral, passou pela futura administração de João Lourenço e não deixou de parte o legado de José Eduardo dos Santos. As ideias são claras. A oposição está equivocada, ao confundir apuramento provisório com o definitivo. João Lourenço vai combater a corrupção, porque não há alternativa a isso. E, sobre a possibilidade do poder bicéfalo, diz que não seria “positivo”.



Por Evaristo Mulaza e A. Nogueira

Começamos pelo impasse eleitoral. O MPLA criticou a oposição por esta ter contestado os resultados provisórios.

E, ao criticar, fez uma certa colagem da contestação ao histórico belicista, nomeadamente da UNITA. Mas é proibido contestar? Contestar é uma declaração de guerra? Afinal, há uma lei que a permite...

Que eu saiba, ninguém disse que a oposição não pode contestar os resultados eleitorais. Mas, evidentemente,

a sociedade angolana - e o MPLA faz parte dela - tem o direito de analisar politicamente esta contestação. Os direitos e as dignidades de uns são iguais para os outros. Por outro lado, não me parece verdade que a crítica do MPLA a mais esta contestação por parte de alguns partidos da oposição tenha como base o histórico remoto desses partidos e da experiência eleitoral dos angolanos...

Mas houve essa referência na declaração do MPLA, ao apelar aos eleitores que não se deixassem iludir por quem tem um historial de destruição...

Referência que reputo de incidental, porque também não me parece correcto apagar a história. De vez em quando, é necessário lembrar a

história para que ela não se repita. Mas, quero reiterar aqui (para tirar essa ideia de que o MPLA apenas está interessado em rebuscar um passado longínquo) que essa narrativa da fraude já vem sendo desenvolvida pela oposição num período muito mais recente, concretamente desde antes e durante o processo de registo eleitoral. Ou seja, há um ano. Na verdade, essa narrativa estava a ser preparada e foi anunciada ao longo desse último ano várias vezes.

Mas a oposição mencionou o que entende como irregularidades concretas, como a inobservância de procedimentos legais no escrutínio.

Você leu a Lei eleitoral? Conhece o regulamento, as deliberações da CNE sobre o processo de apuramento pro-

visório e definitivo?

Não está em causa a minha leitura dos factos. Coloco-lhe a questão na perspectiva de como a oposição a apresenta.

Está bem... Mas permita-me aqui uma crítica entre profissionais para o facto de a imprensa não estar a fazer o básico. Isto é, se uma fonte ou uma entidade qualquer nos diz alguma coisa contra a lei, acho que o básico é verificar a lei e não assumir essa afirmação como verdadeira.

Mas não se trata, neste caso, de uma afirmação pessoal. Repito: é uma questão, na perspectiva dos que contestam.

Está bem, vou responder. A oposição está a fazer uma confusão entre

apuramento provisório e apuramento definitivo. Essa confusão é explicada, no caso daqueles comissários que entraram na CNE recentemente, já não é para três ou quatro comissários da oposição que pertencem à CNE há muito tempo, que acompanharam os processos de divulgação dos resultados provisórios, quer 2008, quer em 2012. O apuramento definitivo é que depende do escrutínio e do apuramento a nível provincial com base nas actas enviadas pelos municípios. A divulgação dos resultados provisórios nunca o foi. A divulgação provisória é feita com base nas actas, não das províncias ou dos municípios, mas das próprias assembleias de votos que são enviadas ao mesmo tempo para as províncias para que estas comecem o apuramento defi-

“ Por mim, se fosse eu mandar, só convidaríamos, quanto muito, observadores africanos para as nossas eleições. E aqui nem falo como quadro do MPLA. ”

nitivo e para o centro de escrutínio da CNE, em Luanda. O apuramento dos resultados provisórios e a sua divulgação são uma prática comum em todos os processos eleitorais, em todo o mundo. Em todo o mundo, a população tem primeiro acesso aos resultados provisórios e inclusivamente as declarações de vitória ou aceitação de derrota são feitas normalmente com base nos resultados provisórios. Excepto naqueles casos em que a disputa é muito apertada e que realmente convém esperar os resultados definitivos. E isso porquê? Porque o apuramento definitivo pode resolver aquelas dúvidas e reclamações que não foram resolvidas na mesa de votação, na assembleia de voto ou na comissão municipal eleitoral. É por isso que normalmente em todos os países - para que os eleitores não pensem que Angola é um caso excepcional - pode haver pequenas diferenças de mais ou menos um voto entre os resultados provisórios e os definitivos. Mas, em regra, o que está a acontecer entre nós, os resultados definitivos batem genericamente certo com os resultados provisórios.

E em relação à crítica mais ampla sobre a presença de observadores. Os observadores de referência que assistiram ao processo, sobretudo antigos chefes de Estado na lusofonia africana, são conotados como amigos do MPLA. Isso não ajuda a credibilizar...

Considero até insultuoso colocarem dúvidas à idoneidade de personalidades como o ex-presidente moçambicano, Joaquim Chissano, por exemplo. E dou apenas este exemplo, há outros. É até insultuoso colocar a legitimidade de personalidades como esta em causa. Mas vou dar uma resposta que talvez alguns irão dizer que estou a ser radical. Por mim, se fosse eu mandar, só convidaríamos, quanto muito, observadores africanos para as nossas eleições. E aqui nem falo como quadro do MPLA. Portanto, não é a posição do MPLA. É a minha posição estritamente individual. Por mim, não convidaria nenhum observador pelo menos fora de África. Acho que isso é até um sinal de uma certa subserviência como se nós, africanos, não fôssemos capazes de construir as nossas democracias, com as nossas dificuldades, mas também com as nossas próprias capacidades. Como se precisássemos sempre de alguma tutela externa. Isso, confesso, incomoda-me como indivíduo.



Mário Mujetes © AE

Considero até insultuoso colocarem dúvidas à idoneidade de personalidades como o ex-presidente moçambicano, Joaquim Chissano, por exemplo. E dou apenas este exemplo, há outros.

Mas, francamente, não sei; não sou adivinho; não sou bruxo e realmente há coisas que não entendo, por mais esforço que faça. Por exemplo, que resultados a oposição tem que não os apresentou até agora para dizer que os resultados não são aqueles que a CNE está a divulgar

A Igreja Católica, por exemplo, pensa que a CNE deveria evoluir para um órgão independente dos partidos. É uma mensagem de desconfiança ao actual formato.

Eu respeito profundamente a igreja católica, até porque pertenço a uma família católica. Entretanto, sobre a questão do formato da comissão da CNE, vou dar-lhe outra resposta que talvez alguns considerem também radical. É uma ideia estritamente individual. Por mim, as eleições seriam organizadas pelas administrações, como acontece na maioria dos países democráticos do mundo.

Mas Angola ainda não tem ainda essa maturidade democrática...

Mas temos de caminhar nesse sentido. Admito que seja necessária uma fase de transição para inculcar mais confiança entre os diferentes actores até se chegar a esse ponto. Mas a questão da confiança ou falta dela também depende muito da cultura individual de cada um. Tem de fazer uma pré-disposição para não se fazer da desconfiança uma estratégia.

Voltemos ao impasse. A contestação dos resultados provisórios antecipa a próxima contestação, a dos resultados definitivos. Até onde acha que a oposição poderá chegar?

Tem de fazer essa pergunta a alguém da oposição. Mas, francamente, não sei; não sou adivinho, não sou bruxo e realmente há coisas que não entendo, por mais esforço que faça. Por exemplo, que resultados a oposição tem que não os apresentou até agora para dizer que os resultados não são aqueles que a CNE está a divulgar? A CNE já não está a divulgar os resultados provisórios, está a divulgar os resultados definitivos feitos com base nas actas provinciais, processo do qual todos os representantes partidários estão a participar. Uns estão a assinar as actas, outros não, por terem recebido certamente instruções das suas lideranças em Luanda. Mas todos estão a participar em todas as províncias e não estão a apresentar reclamações. É bom que se note isso! Há perguntas que se colocam. Com base em quê a oposição, como nós todos imaginamos, vai impugnar os resultados definitivos, se não está a apresentar reclamações a nível inferior, nas mesas de voto, nas assembleias, nas comissões municipais eleitorais, comissões provinciais eleitorais?

Acha que a oposição pode ir ao ponto de boicotar o Parlamento?

Se o fizer, só terá a perder, porque o processo não pára. O facto, em primeiro lugar, de alguns comissários da oposição nas comissões provinciais eleitorais estarem a assinar as actas, o facto de previsivelmente a oposição vir a impugnar os resultados definitivos sem apresentar evidências que comprovem e justifiquem as suas reclamações, não faz parar o processo, porque o país tem leis e as instituições vão funcionar. A Assembleia vai ser empossada, o Governo vai ser constituído e quem fizer a política de cadeira vazia até ao fim só terá a perder.

CONTINUA NA PÁG. 6

Entrevista

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

Mas seria um cenário incómodo também para o próprio MPLA...

Sim! É evidente, mas a culpa não seria do MPLA. Ou a oposição quer ganhar na secretaria o que não ganhou no campo de futebol? Esse tempo já passou. As circunstâncias do país agora são outras, portanto as leis e instituições vão ser aplicadas, eu não tenho dúvidas.

Em 2015, o João Melo escreveu uma carta aberta ao Presidente da República em que, no essencial, defendia que a estabilidade e a democracia não eram incompatíveis, mas antes conciliáveis. Agora em 2017, no período da campanha, defendeu que a oposição não está preparada para governar, inclusivamente porque não tem quadros. Parece contraditório. Parece a mesma estratégia que o MPLA vem seguindo. Aparentemente, quando a democracia tenta marcar passos, o MPLA evoca a estabilidade para defender-se...

É uma leitura errada. Eu reitero aqui que os dois termos dessa equação estão interligados. Tenho a experiência de ter vivido em países com democracias mais antigas e consolidadas que a nossa. Inclusive no país considerado como o mais democrático do mundo, os Estados Unidos, e em lado nenhum do mundo a democracia é algo que não tenha regras, que possa ser confundida com instabilidade. Isso não existe! Por outro lado, a estabilidade também para ser efectiva e perene depende da democracia. Há uma relação dialéctica entre estas duas questões. A estabilidade sem democracia também não é uma coisa boa! E, aliás, tendencialmente a história demonstra - pode ser posta em causa e questionada pelas próprias sociedades. Eu não tenho dúvidas nenhuma a esse respeito.

Mas a prática do MPLA parece essa, a de evocar a estabilidade, quando oportuno, para defender o poder...

Talvez tenha lido mal a mensagem do MPLA durante essa campanha. É óbvio que a campanha do MPLA não foi contra a democracia. O nosso candidato, desde o seu primeiro discurso, assumiu a bandeira das transformações, das mudanças que o país exige, ressaltando apenas que tudo isso tem de ser feito num quadro de estabilidade, sem colocar em causa aquilo que já foi alcançado. A mensagem foi sempre clara e espanta-



Mário Mijettes © JNE

PERFIL

João Melo é antigo deputado, poeta, escritor, jornalista, publicitário e militante do MPLA. Natural de Luanda, formou-se em Direito em Portugal e em Angola, tendo-se licenciado em Comunicação Social, no Brasil.

Profissional de comunicação social há mais de 40 anos, já trabalhou em órgãos de comunicação social como a Rádio Nacional de Angola, Jornal de Angola e Agência Angola Press. Dirigiu vários meios de comunicação angolanos, entre estatais e privados.

Membro fundador da União dos Escritores Angolanos (UEA), ocupou diversos cargos de responsabilidade nos respectivos órgãos sociais tais como secretário-geral, presidente da comissão directiva e presidente do conselho fiscal.

-me que não tenha entendido bem ou então fez uma pergunta retórica.

E qual é leitura que faz da aprendizagem nessas eleições para o MPLA, uma vez que confirmam uma tendência de perda de espaço face à oposição, contando de 2008?

Creio que, para já, ainda é cedo para fazer leituras mais finas. Há duas leituras, entretanto, a fazer. Uma é que a democracia está a funcionar. Quer dizer, é previsível que a tendência seja que, a cada ciclo eleitoral, a disputa seja mais apertada. Isso é natural! É a democracia que está a funcionar. Em segundo lugar, uma parte dessa perda de votos é resultado dos problemas de governação. Quer dizer, os nossos próprios erros. O partido assumiu-os claramente, quando aprovou o 'slogan' da última campanha. Um partido que diz "Melhorar o que está bem e corrigir o que está mal" é porque está a assumir que erros foram cometidos. E esses erros, em vários casos e situações, penalizaram-nos. Espero, portanto, que o nosso partido e o nosso Governo sejam capazes, até por causa da crise, de corrigir certas práticas e mentalidades e possam realmente reconquistar uma parte dos votos que perdeu agora.

Eu estimo que, entre cinco e 10 por cento dos votos agora registados, sejam votos que o MPLA, se governar bem como espero, pode recuperar em 2022.

E já que fala em melhorar certas práticas, é inevitável a referência à corrupção. Apesar de ser transversal à sociedade, no nosso caso, a percepção geral é a de que o próprio MPLA acaba por ser o rosto da corrupção por razões óbvias. Que garantias efectivas o MPLA pode dar à sociedade, no sentido do combate a este 'flagelo'?

Como referiu, a corrupção é transversal a todas as sociedades. O problema é a impunidade. E creio que a mensagem do MPLA e do seu candidato sobre a sua disposição para começar a combater a impunidade e, portanto, diminuir a corrupção foram claramente entendidas pelo eleitorado. Não senti, durante a campanha, apesar dos esforços que a oposição fez neste sentido, que o tema corrupção tivesse contribuído para decidir essa eleição. O compromisso que o candidato do MPLA assumiu, desde o seu primeiro discurso de pré-campanha, e depois as várias ideias e propostas que foram sendo avançadas

Se, no plano teórico, hipoteticamente isso acontecesse, creio que não seria uma coisa positiva e favorável ao processo. Desde logo, essa não é a prática do MPLA. A prática dentro do nosso partido é a prática do comando único.

Não sou muito a favor. E, aliás, muitos políticos angolanos, inclusivamente da oposição, não se declararam, durante a campanha, muito a favor de caça às bruxas e perseguições.

das durante a campanha, pelo próprio MPLA, para começar a combater a impunidade, creio que foram entendidos e aceites por grande parte do eleitorado.

Confia que esse combate começará a ser feito?

Confio e foi por isso que me envolvi na campanha do meu partido, porque conheço o Presidente eleito e estou confiante que ele vá realmente tomar as medidas necessárias para começar a combater o fenómeno que é altamente pernicioso para toda a sociedade. Em segundo lugar, porque o MPLA tem de fazer isso, se quiser realmente continuar a governar o país durante os próximos anos e décadas. Tem de fazer isso. Porque é um problema sério, real e concreto.

Por outro lado, o MPLA não é o rosto da corrupção em Angola. Essa afirmação parece-me progandística. O MPLA tem cinco milhões de militantes e são o rosto da corrupção em Angola? Será que não há outros corruptos em Angola que não sejam

do MPLA?

Mas repare que, na imprensa, nos últimos dias, se vão avançado nomes que poderão figurar no próximo Governo e que frequentemente são citados em escândalos de corrupção interna e externamente. A confirmar-se, será claramente uma mensagem contraditória.

Não acha estranho que, num momento destes, quando o MPLA e o Presidente eleito assumiram o combate à corrupção como uma das suas bandeiras, de repente comecem a circular estas listas? É evidente que se trata, a meu ver, de manobras políticas justamente para dar a impressão à opinião pública de que não vai haver mudança nenhuma, de que o MPLA não vai mudar nada e que João Lourenço não vai fazer mudança nenhuma. Não há nenhum Governo, pelo menos em Angola, constituído. Ou que seja anunciado na imprensa antes do tempo. Eu não dou importância nenhuma a essas listas. Vamos aguardar que saia a lista do Governo para então comentar. Não posso fazer comentários antecipados a pseudo-factos.

Mas a luta contra a corrupção exigirá necessariamente que João Lourenço 'dispare fogo amigo'. Concorda?

Até na guerra há fogo amigo. Mas creio que o importante aqui é assinalar que o MPLA e o novo Governo, sob a liderança de João Lourenço, vão certamente, e não tenho dúvidas, assumir esse combate. Agora, esse combate tem de ser de todos. Que ninguém tenha dúvidas de que a corrupção não se extingue por decreto. Isso não acontece. Como escreveu o economista Alves da Rocha - e eu concordo com ele - a corrupção em Angola é um problema vertical e transversal. Portanto, toda a sociedade tem de ser envolvida no combate a esse fenómeno. Durante a campanha, o MPLA propôs um pacto nacional contra a corrupção. Aliás, foi o único partido que não se limitou a dizer que ia combater a corrupção. Isso parece-me acertado e necessário, porque acabamos por fazer sempre uma grande discussão, um debate sobre isso. Em primeiro lugar, definir bem o que é isso de corrupção, quais as práticas que fazem parte desse conceito que, muitas vezes, na linguagem comum, se confunde com a má gestão, por exemplo. Ou com o tráfico de influências. É preciso discutir-se bem os conceitos, as

“E, em termos da África central e austral que são as duas regiões com as quais Angola está mais próxima, em termos culturais, a coabitação de poderes é extremamente difícil.”

práticas e depois as medidas necessárias para tomá-las, mas medidas que funcionem. Não basta criar uma boa lei europeia, se depois não há condições culturais, sociais para aplicá-la.

Na Nigéria, o presidente Buhari mandou confiscar recursos da ministra dos Petróleos do Governo de Goodluck Jonathan. Acha que, no nosso caso, terá de acontecer isso? Será preciso começar a prender ‘peixes graúdos’?

Não sou muito a favor. E, aliás, muitos políticos angolanos, inclusivamente da oposição, não se declararam, durante a campanha, muito a favor de caça às bruxas e perseguições. Acho que é preciso discutir amplamente. Este é daqueles temas que têm de ser discutidos e negociados entre o Governo, a oposição e a sociedade civil para encontrar as leis, as medidas a tomar para que realmente o combate à corrupção seja efectivo. Outros países naturalmente terão outros caminhos.

João Lourenço esteve em Espanha e definiu-se como um Deng Xiaoping, em entrevista à agência EFE. Ora, Xiaoping, especialmente em relação às transformações económicas, foi, em certa medida, a antítese de Mao. É uma mensagem implícita de ruptura?

Sou um profissional de comunicação social há mais de 40 anos. Sei que a imprensa só gosta de sangue, mas creio que talvez esteja a dar uma importância e a fazer uma leitura um pouco esforçada das palavras que o presidente eleito proferiu à agência EFE. Para saber mais detalhes terá de perguntar a ele, mas creio que - pelo menos li assim as respostas que João Lourenço deu à agência espanhola - ele referia-se à necessidade de se reformar realmente a economia do país, fazendo Angola entrar num novo ciclo, pós-petróleo, de desenvolvimento. Como, aliás, ele disse durante a sua campanha. Referindo-se ao legado dos seus antecessores, disse que - estou a citar de fora -, enquanto Agostinho neto foi o presidente que trouxe a independência, José Eduardo foi o presidente que manteve a integridade territorial, conquistou a paz, promoveu a reconciliação e a reconstrução do país e que agora é chegada a hora do desenvolvimento. Creio que ele se referia a isso, ou seja, a esta caracterização de Deng Xiaoping como grande reformador da economia chinesa.



Mário Muijtes © AE

“A prática do MPLA é do comando único”

José Eduardo deixa a chefia de Estado, mas vai manter-se no partido. E não está necessariamente muito claro se deixa o partido em 2018 ou se deve continuar até ao fim da próxima legislatura, colocando-se o tal debate sobre a possibilidade do poder bicéfalo. Qual é a sua opinião em relação a este assunto?

Este é mais um exemplo de como a imprensa, lamentavelmente, só gosta de sangue. Porque não ouvi ainda nenhuma afirmação pública nem do Presidente José Eduardo dos Santos, nem de ninguém do partido ou alguém próximo ao Presidente que nos permita suspeitar de que ele não deixará a vida política em 2018.

Mas já tivemos pronunciamentos de figuras relevantes como, por exemplo Lopo do Nascimento, que criticou essa possibilidade... Criticou essa hipótese em tese, com certeza. Porque, repito, pode ser que esteja enganado, mas nunca vi uma afirmação que nos permita dizer que o Presidente vai continuar na vida política depois de 2018. Os factos até agora demonstram isso. O Presidente disse que não seria mais candidato a Presidente da Repú-

blica em 2017 e cumpriu a sua palavra. Propôs ao partido a indicação de um novo candidato, as eleições ocorreram e esse candidato foi eleito. Um outro facto é que o Presidente José Eduardo disse que vai abandonar a vida política em 2018. Não conheço qualquer outro facto a respeito disso.

Mas caso acontecesse, seria um problema?

Vou responder-lhe também no plano teórico. Se, no plano teórico, hipoteticamente isso acontecesse, creio que não seria uma coisa positiva e favorável ao processo. Desde logo, essa não é a prática do MPLA. A prática dentro do nosso partido é a prática do comando único. E costuma a dizer-se que em equipa que vence não se mexe. Portanto, se essa prática funcionou bem até agora, e eu reputo que sim, é bom, na minha opinião, manter.

Porquê, necessariamente? Acha que seriam poderes inconciliáveis?

Não seriam poderes inconciliáveis, nem seria impossível. Seria difícil, porque não podemos esquecer que estamos em África, um continente onde a questão do poder tem uma certa configuração que não é

igual à da Europa actual, porque a Europa também já passou por isso. E também não é a mesma de outros continentes ou de outras sociedades, porque cada sociedade tem a sua peculiaridade. E, em termos da África central e austral que são as duas regiões com as quais Angola está mais próxima, em termos culturais, a coabitação de poderes é extremamente difícil.

Mas João Lourenço parece ter outra opinião. Na entrevista que deu em Espanha, respondeu a essa questão e indicou que não via problemas nessa possibilidade, até porque, como argumentou, vai liderar um Governo sufragado através do MPLA.

Você está a fazer a entrevista com João Lourenço ou comigo?

Estou a assinalar o que parece ser o posicionamento de João Lourenço, pelo menos em relação a esta matéria...

É óbvio que o presidente eleito tem as suas leituras, tenha as suas informações e tenha a sua postura que ele entende ser a mais adequada. Afinal de contas ele é que foi eleito. Eu não me candidatei a nada. Portanto, estou a emitir aqui opiniões

individuais que não têm nada que ver com a opinião do meu partido e muito menos com a opinião do candidato eleito.

Em relação ao legado do Presidente José Eduardo dos Santos o que destacaria?

Já escrevi sobre isso. Acho que há três ou quatro aspectos a mencionar. José Eduardo dos Santos conseguiu manter a integridade territorial do país que esteve seriamente ameaçada. Foi o homem que conseguiu conquistar a paz. José Eduardo dos Santos foi um reconciliador. Promoveu a reconciliação com os antigos adversários. Sem esquecer a grande obra de reconstrução do país que, com falhas maiores ou menores, aí está e é um ponto de partida para uma verdadeira política de desenvolvimento. Portanto, essa é uma obra que ninguém em sã consciência, honesto, pode tentar diminuir. Acho que ele deixou um legado altamente positivo. Certamente a história há-de fixar o papel que ele desenvolveu em Angola.

E em relação a falhas?

Prefiro responder a esta pergunta daqui a uns anos, quando a história tiver feito o seu trabalho.

Economia/Política

AUTORIDADES CONTINUAM A EXIGIR LICENÇAS

Decreto presidencial sobre comércio fronteiriço sem efeito

COMÉRCIO. Novo diploma presidencial deveria eliminar a excessiva burocracia nos procedimentos ligados ao comércio externo. Vigora desde meados do ano mas é o antigo que continua a ter efeito.

Por Isabel Dinis

As autoridades angolanas continuam a exigir licenças nas actividades comerciais fronteiriças terrestres entre cidadãos nacionais e residentes em países com os quais Angola faz fronteiras, apesar da entrada em vigor, há cerca de três meses, de um diploma que pretende reestruturar os procedimentos de licenciamento do comércio.

O Presidente da República aprovou o Novo Regulamento dos Procedimentos Administrativos de Licenciamentos de Importações, Exportações e Reexportações em Junho deste ano, mas, até ao momento, continua a vigorar o regulamento, entretanto, revogado.

O novo diploma visa reduzir os entraves administrativos e os custos que prejudicam a produção e a competitividade dos produtos nacionais com potencial para a exportação. Ao VALOR, o director nacional



Novas regras, foram aprovadas em Junho deste ano.

MEMORIZE

- Numa tentativa de alargar a fonte de angariação de divisas, o Governo, no ano passado, elaborou medidas para “aumentar as exportações” com a identificação de 12 produtos com elevado potencial para a exportação.

15

Mil kwanzas, valor pago ao Ministério da Agricultura em processos de importação/exportação de produtos de origem animal.

a interacção também dependeria de uma regulamentação própria por parte do Banco Nacional de Angola (BNA).

Os agentes económicos queixam-se com frequência da burocracia, morosidade e custos elevados do processo de importação e exportação. Lukombe Luansi reconhece os custos associados e dá exemplo dos produtos de origem animal para o qual o empresário precisa de pagar entre 10 mil e 15 mil kwanzas ao Ministério da Agricultura. Caso compre até 50 contentores, o valor chega a ser “elevadíssimo”. A esses entraves, o Ministério procura soluções com outras entidades envolvidas no processo.

Numa tentativa de alargar a fonte de angariação de divisas, o Governo, no ano passado, elaborou medidas para “aumentar as exportações” com a identificação de 12 produtos com elevado potencial para a exportação.

Segundo o BNA, as exportações não petrolíferas cifraram-se em 1.2 mil milhões até 2015 (31.8 mil milhões do sector petrolífero), contra 1.5 mil milhões de dólares em 2014.

do Comércio Externo, Lukonde Luansi, disse que este instrumento não entrou em vigor na data prevista por falta de “outros instrumentos legais”, como um decreto sobre o comércio transfronteiriço e as novas taxas e emolumentos.

Segundo o responsável, para além de outros instrumentos que complementar a medida presidencial, existem também várias questões técnicas que precisam de ser acauteladas para o funcionamento do Novo Regulamento dos Procedimentos Administrativos. “Um grupo multisectorial

está a fazer uma avaliação global dos custos administrativos sobre as operações do comércio externo. Enquanto não for concluída, não podemos implementar o novo regulamento”, adiantou.

Lukombe Luansi não avançou uma data para a entrada em vigor desse diploma presidencial, mas notou que, a nível do Ministério do Comércio, já se estão a reduzir os custos das operações do comércio externo. “O ministério alargou o tempo de licença do comércio externo de um para cinco anos, com os mesmos custos de operações.”

O novo regulamento possibilitaria várias alterações, nomeadamente a simplificação da inscrição, alteração de regras de validade e a actualização de dados no registo de exportadores e importadores (REI). Para um controlo mais eficiente dos cambiais, em particular a garantia do retorno a Angola das receitas resultantes das operações de exportação, deveria existir maior interacção entre o Sistema Integrado do Comércio Externo (SICOEX) e o Sistema Integrado de Operações Cambiais (SINOC). Para esse último caso,

2015

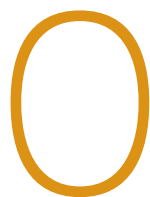
ANGOLA PASSA A POUPAR 192 milhões USD com a instalação de fábricas de moagens de trigo em Luanda e no Lobito, que reduz a importação em 60%. Dados indicam o país gastou, em 2015, 320 milhões USD para importar 510 mil toneladas de farinha trigo.

ÍNDICE DE PREÇOS REGISTOU VARIAÇÃO DE 4,26%

Eleições fazem disparar preços de produtos essenciais

INFLAÇÃO. Angolanos viram os seus rendimentos desvalorizados durante o período eleitoral. O INE trabalha nos dados de Agosto que, segundo fonte daquela instituição, não fugiram a tendência de subida.

Por José Zangui



Índice de Preços do Consumidor Nacional (IPCN) registou uma variação de 4,26% de Junho a Julho, justificada

pelos alterações de preços nos armazéns grossistas no período eleitoral, apontam dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a que o VALOR teve acesso.

Segundo o IPCN, de Julho, a classe da alimentação e bebidas foi a que maior variação teve e, consequentemente, a que mais influenciou o aumento dos preços da cesta básica, atingindo os 0,80 pontos percentuais.

Em relação à variação homóloga (face a Julho do ano passado), os dados do INE indicam que a oscilação de preços foi de 0,5 pontos percentuais para 4,5%.

Fonte do INE avançou ao VE que a instituição já se encontra a compilar os dados referentes a Agosto que mantém a tendência de subida verificada no mês anterior.

Os dados do INE reportam os preços médios de alguns produtos levantados em cerca de 20 mercados, 100 lojas e estabelecimentos em toda a província de Luanda, mas também fazem uma incursão às restantes 17 províncias.

No mercado informal, segundo constatou o VALOR, a variação de preço, nos três meses que marcaram a disputa eleitoral (Junho, Julho e Agosto), foi mais acentuada em alguns produtos, chegando a



atingir os 100%. É o caso do litro de óleo vegetal que passou de 300 em Junho para 600 kwanzas em Julho. Ou o saco de arroz de 25 quilos que disparou 50% para os 4.500 kwanzas.

Estes preços encontram um salário mínimo fixado em 16.503,30 kwanzas, conforme decreto presidencial de 07 de Junho.

O economista e investigador do Centro de Investigação Científica (CEIC), da Universidade Católica de Angola Preciso Domingos entende que a subida de preço em períodos eleitorais “é normal”, seguindo o princípio da procura agregada (procura total de bens e serviços numa dada economia para um determinado momento e nível dos preços).

O economista lembra que,

Preços médios de alguns produtos por unidade de Junho a Julho 2017

Pão cassete	91,08 kz	91,94 kz	0,46%
Óleo de suja (litro)	1.064,33 kz	1.380,10 kz	6,93%
Coxa de frango (kg)	1.409,31 kz	1.412,12 kz	0,20 %
Leite em pó (lata)	7.302,96 kz	7.404,04 kz	1,38%
Cerveja importada (lata)	284,28 kz	287,95 kz	1,29%
Sabão em barra	1.142,80Kz	1.173,55	2,69%

Nota: são preços médios de alguns produtos levantados em cerca de 20 mercados, 100 lojas e estabelecimentos em toda a Província de Luanda.

quando há maior procura agregada sem a capacidade de oferta, como é o caso que se regista em Angola, ocorre a subida de preços, a curto prazo.

20

Número de mercados em que o INE fez levantamentos para a elaboração dos preços médios.



RATING

Economia nacional anda no ‘mais ou menos’

A agência de notação financeira Moody's considerou, na quarta-feira, que o resultado das eleições em Angola demonstra “estabilidade política” e que continua a haver “significativos desafios orçamentais e sociais” por causa da “difícil situação económica” do país.

A agência considera que “a economia continua vulnerável à volatilidade do preço do petróleo”, que origina falta de dólares, dificulta a importação de bens e o repatriamento de capitais.

“A capacidade do Governo para apoiar a economia real é bastante limitada, já que, depois de um significativo ajustamento à descida dos preços do petróleo, o espaço orçamental disponível ficou mais restringido”, escreve a Moody's.

Na qualidade do “rating” de investimento, Angola está abaixo das recomendações da última quinzena de Março.

Naquela altura, a Moody's manteve o “rating” da dívida pública de Angola em B1, que corresponde ao quarto nível, de investimento especulativo. Na altura, o relatório previa que os riscos das pressões sobre as despesas aumentariam no ano das eleições.

Economia/Política

PRINCÍPIOS DE SUSPENSÃO DE OBRAS NÃO FORAM RESPEITADOS

Passagem de nível do CFL suspensa por indisponibilidade financeira



ENGENHARIA. Empreiteira é a mesma que construiu os recém-inaugurados viadutos do Zango e da centralidade do Kilamba, tendo aproveitado a suspensão para reforçar a mão-de-obra destas empreitadas.

Por César Silveira

Um misto de tristeza e preocupação. É o sentimento provocado pelo estado de abandono em que se encontra a obra da passagem desnivelada sobre a linha férrea do Caminho-de-Ferro

de Luanda, no cruzamento com a Avenida Hoji-ya-Henda.

Um mostro de betão com cerca de oito metros de altura, com ferros em cima a denunciarem o estado de abandono é uma das descrições possíveis do estado actual da obra.

A ausência de trabalhadores e máquinas reforçam ainda mais a condição de abandono a que está votada a obra. No entanto, um sinal positivo, face à explicação dos moradores, segundo a qual a obra foi interrompida por ter sido reprovada tecnicamente.

A placa da construtora indica ser

MEMORIZE

- **DE ACORDO** com a lei, em caso de suspensão, a fiscalização deve “lavrar um auto de suspensão da obra no qual fiquem exaradas as causas que a determinaram”. A obra em causa foi aprovada, em 2015, por decreto presidencial.

10,7

Mil milhões de kwanzas é o valor aprovado para a construção da obra que prevê quatro passagens superiores sobre o caminho-de-ferro de Luanda.

a empresa Carmon, a mesma responsável pela construção dos viadutos construídos à entrada da centralidade do Kilamba e do Zango que foram recentemente inauguradas. Indício de que, em princípio, não terá sido por razões técnicas que está paralisada e ainda que as relações entre a empreiteira e o dono da obra são das ‘melhores’.

Conforme apurou o VE, a obra está paralisada, na verdade, há quase dois meses por indisponibilidade financeira, uma vez que está a ser financiada com recursos ordinários do tesouro. “A razão é apenas esta, não há dinheiro”, assegurou fonte do Ministério da Construção, acrescentando que as outras obras (sob responsabilidade da mesma empresa) “estão a ser asseguradas por financiamentos externos”.

Por sua vez, fonte da construtora explicou, ao VE, que a ausência de trabalhadores e máquinas se deve ao facto de grande parte desses recursos ter sido deslocada para as obras do Zango e Kilamba devido ao carácter de urgência das mesmas. A fonte garante que os colaboradores retornarão assim que as referidas obras estiverem totalmente concluídas.

Enquanto isso, a preocupação tem que ver com as eventuais consequências da paralisação do projecto.

O engenheiro António Venâncio explica que, no global, quando se abandonam obras, por razões semelhantes à apresentada (que é grande parte dos casos), há mais preocupações com as armaduras e quase nenhuma com o betão. No caso das armaduras, explica, antes da suspensão devem ser recoberadas devido ao risco de oxidação dos ferros.

Entretanto, em relação à obra em causa, António Venâncio garante não haver muito este problema pois, pelo que constatou, as ligas

que estão a ser usadas são pré-fabricadas e, como tal, já vêm recoberadas, não havendo risco de corrosão.

Alerta, no entanto, para “os cuidados redobrados” que se deve ter com a obra pelo facto de estar numa zona com constante vibração devido à circulação do comboio. Uma situação que, sustenta, exige maior rigor no que diz respeito ao cumprimento das regras sobre suspensão de empreitadas públicas prevista na Lei 9/16.

Segundo a lei, em caso de suspensão, a fiscalização deve “lavrar um auto de suspensão da obra no qual fiquem exaradas as causas que a determinaram. Durante a referida vistoria, esclarece o engenheiro, o fiscal tem a prerrogativa de condicionar a suspensão com a conclusão de detalhes que considerar serem importantes para salvaguardar o bom andamento da mesma quando for retomada.

“A suspensão de uma empreitada de obra pública obedece a princípios de lei mas, em grande parte dos casos, não se respeitam”, argumentou, acrescentando que o incumprimento do princípio leva “o Governo a gastar muito dinheiro desnecessariamente”.

No entanto, nenhuma das partes conseguiu esclarecer se na obra em causa o princípio foi respeitado. A administração da empreiteira promete falar ao VE nos próximos dias.

A obra foi aprovada, em 2015, por decreto presidencial, num pacote que prevê a construção de quatro passagens superiores sobre o caminho-de-ferro de Luanda num valor global de cerca de 10,7 mil milhões de kwanzas, dos quais cerca de 9,9 mil milhões destinados à concepção e construção.

Para a fiscalização estão destinados cerca de 296 milhões de kwanzas e a missão foi confiada a DAR Angola, enquanto a gestão do projecto foi confiada à Transfric, Limitada por 494 milhões de kwanzas.



CONCERA

- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



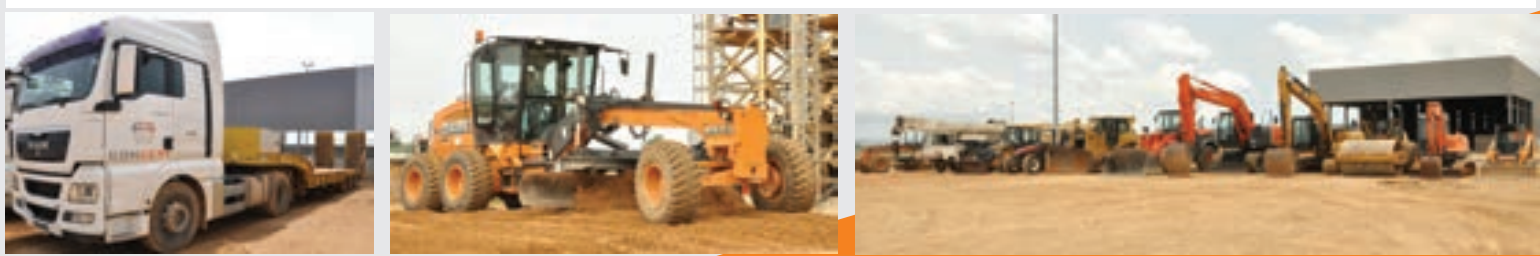
✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Economia/Política

HISTÓRICO DE INSUCESSO CRIA DÚVIDAS

vitória do MPLA reacende debate sobre combate à corrupção

CRIME FINANCEIRO. Durante a campanha eleitoral, João Lourenço anunciou, inúmeras vezes, a disposição de combater a corrupção. Com os resultados a seu favor, instalou-se debate sobre as possibilidades que terá o Presidente eleito.

Por César Silveira

O combate à corrupção assumido pelo candidato do MPLA, declarado vencedor das eleições do último dia 23 de Agosto, é visto pela generalidade dos observadores como um dos grandes desafios de João Lourenço, atendendo sobretudo o histórico de insucesso nas tentativas de combate ao fenómeno.

Face aos resultados provisórios das eleições que dão vitória ao MPLA, a questão recorrente que se tem colocado é como o próximo Presidente da República poderá inverter o histórico de fracasso, responsável pela presença do país entre os mais corruptos do mundo nos diversos rankings internacionais.

Nos últimos cinco anos, por exemplo, no ranking da Transparência Internacional, Angola registou melhoria apenas entre 2012 e 2013, quando passou da posição 157 para 153 (num total de 175 países), enquanto o seu nível passou de 22 para 23. Os níveis estão agrupados em dez grupos de dez níveis e vão de 0 a 100, sendo que, quanto mais baixo for o nível, maior o índice de corrupção.

Desde então, regista-se uma tendência decrescente, tendo passado da posição 153 e nível 23 para a posição 161 e nível 19 em 2014. Sequencialmente, passou para a posição 163, em 2015, e 164, em



João Lourenço, candidato do MPLA, declarado vencedor das eleições do último dia 23 de Agosto

2016. No que diz respeito ao nível de corrupção, o país entrou como o segundo pior do ranking em 2014, registo que se mantém já que terminou o nível 18, em 2016. Entretanto, comparativamente a 2015, o país registou, no ano passado, uma melhoria considerável, uma vez que se encontrava com o nível 15 (o pior vai de 0 a 9 e o segundo de 10 a 18).

A economista e docente universitária Judith Correia prefere acreditar, no entanto, que esses rankings “não espelham efectivamente” a realidade em todos os países

“Considerando o actual ranking da TPI de 2016, de acordo com o chamado Índice da Percepção da Corrupção (IPC) que tenta medir a corrupção que é suposto existir entre os funcionários públicos e os políticos, com base no ‘feed-back’ das pessoas que directa ou indirectamente com eles trabalham, Angola aparecia no 164.º lugar, num total de 176 países, ou seja, seria o 13.º país mais corrupto do mundo, o que não sei se será verdade, porque se registam certas ocorrências, noutros países, que põem em causa a supervisão eficiente dos respectivos sistemas

financeiros e jurídicos e que são altamente lesivas dos trabalhadores e da população em geral”, argumentou.

Por sua vez, a também economista Laurinda Hoygaard prefere atribuir ao trabalho e ao tempo a possibilidade de o país melhorar nos vários rankings. “Depende do trabalho e dos resultados das medidas a implementar para garantir o desenvolvimento harmonioso do território, a descentralização e a municipalização”, explica Hoygaard, que refere a necessidade de sucesso na criação de uma estrutura produtiva menos dependente

da mono-extracção e da exportação petrolífera. “É preciso também melhorar os índices de produtividade e competitividade, o crescimento e o fortalecimento do sector privado, a valorização do capital humano e o emprego qualificado e remunerador”, acrescenta.

Além da presença regular nas piores posições de vários índices internacionais, há outros exemplos que espelham o insucesso do país no combate à corrupção, com desatque para a inaplicabilidade da Lei de Proibição, cuja aprovação, em Março de 2010, foi encerrada, para muitos, como o principal

360

TONELADAS DE FERTILIZANTES começou a ser comercializado, na terça-feira, aos camponeses do Huambo, a preço subvencionado de 5.000 kwanzas por cada saco de 50 quilogramas, 50% do valor real, informaram as autoridades locais.

sinal da vontade do Executivo em relação à causa.

A Lei obriga, por exemplo, que os diferentes gestores públicos façam uma declaração de bens antes da tomada de posse e seja actualizada de dois em dois anos.

Estipula ainda que “o agente público não pode solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, quaisquer presentes, empréstimos, directa ou indirectamente quaisquer ofertas que possam pôr em causa a liberdade da sua acção, a independência do seu juízo e a credibilidade e autoridade da administração pública, dos seus órgãos e serviços”. Laurinda Hoygaard conclui assim que, face ao desafio assumido, é incontornável a aplicação da lei. “Assim creio”, sublinhou.

AVANÇOS E RECUOS

A crença de que a entrada em vigor da Lei sobre Probidade Pública era o instrumento que faltava para o início do combate à corrupção encontrava suporte no facto de ter sido aprovada quatro meses depois de o presidente José Eduardo, concretamente em Novembro de 2009, ter apelado para a necessidade de o partido comprometer-se com “uma espécie de tolerância zero” em relação à corrupção.

Fê-lo quando discursava na abertura da XV sessão do comité central do MPLA, tendo reconhecido, na ocasião, que ainda havia “muito trabalho a fazer” no que dizia respeito à “transparência dos actos de gestão e a boa governação”. Na altura, o Presidente da República cessante referiu que o MPLA, enquanto partido no poder, tinha aplicado “timidamente” o princípio de fiscalização dos actos de gestão do Governo, através da Assembleia Nacional e do Tribunal de Contas. E que a situação tinha sido “aproveitada por pessoas irresponsáveis e por gente de má-fé para o esbanjamento de recursos e para a prática de acções de gestão ilícita e mesmo danosas ou fraudulentas”.

Entretanto, em Abril de 2011, o Presidente da República terá, no entender de muitos, deixado a entender que se encontrava conformado com o insucesso do combate ao fenómeno quando, durante o seu discurso, na abertura da I Sessão Extraordinária do Comité Central do MPLA, salientou não

MEMORIZE

● **Em 2009**, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, referiu que o MPLA, enquanto partido no poder, tinha aplicado “timidamente” o princípio de fiscalização dos actos de gestão do Governo, através da Assembleia Nacional e do Tribunal de Contas.

37

Países africanos que ratificaram a Convenção da União Africana sobre Prevenção e Combate à Corrupção

153^a

Posição em que se encontrava Angola em 2013 no ranking da Transparência Internacional

164^a

Posição em que se encontrava Angola em 2016 no ranking da Transparência Internacional

haver “país nenhum no mundo em que não há corrupção”.

A economista Laurinda Hoygaard insiste, no entanto, que o desafio é possível de ser alcançado, fazendo recurso ao ditado “querer é poder”.

“Por outras palavras, João Lourenço reafirmou ao dizer, e cito, «a corrupção é um dos piores males que afectam a nossa sociedade» e

ainda que «estamos decididos a combater este mal» e «condenados a ter coragem». A firmeza da intenção dá-nos garantias de que tal fenómeno será combatido com sucesso, logo que identificadas as causas, desenhados os cenários para as melhores soluções e implementados os mecanismos e processos adequados a tão nobre objectivo”, sublinhou.

Judith Correia também acredita “plenamente que existem condições em Angola para que seja um êxito o desafio do combate à corrupção”.

PROPOSTAS

Laurinda Hoygaard é de opinião que o “fundamental não será criar novas instituições”, mas “sim, dotar as existentes de poderes adequados ao exercício efectivo do combate ao crime económico, incluindo a corrupção e congéneres”. No entanto, admite que a “reforma do Estado (que integra nomeadamente, as reformas da Administração Pública, do Direito e da Justiça, ...) poderá concretizar-se na criação do referido corpo especializado”.

Por outro lado, acrescenta Laurinda Hoygaard, “será necessário reformar a estrutura governamental, reduzir drasticamente os gastos públicos, reequacionar as carreiras e escalas salariais, redistribuir os funcionários pelo universo nacional, minimizar os subsídios extra-salariais e muitas outras medidas cujos resultados vão contribuir para uma maior inclusão social, maior equidade e justiça social, equiparação de oportunidades e, logo, maior harmonia e convergência de identidade nacional. Tudo isso são vias indirectas de combater as más práticas da corrupção”.

ANGOLA RATIFICARÁ A CONVENÇÃO DA UA SOBRE COMBATE A CORRUPÇÃO?

A aposta de combate à corrupção motiva interrogar se será desta que Angola ratificará a Convenção da UA sobre Prevenção e Combate à Corrupção que foi adoptada em 2003, entrando em vigor em 2006. Até agora, 37 dos 55 países africanos ratificaram a convenção e Angola está entre os que optaram por ficar de fora. Tal facto foi sempre encarado como sinal de alguma falta de vontade do país em comprometer-se seriamente com essa luta.

PUB

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...



Assinaturas:
 assinaturas@gem.co.ao
 comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA
 Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792
 Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Economia/Política

PARA AS OBRAS FINANCIADAS PELA EMISSÃO DE EUROBONDS

Construção autorizada a fazer despesas em moeda estrangeira

OBRAS PÚBLICAS. Em Abril, foi aprovada a reabilitação de quatro estradas num valor global de 171 milhões de dólares.

Por César Silveira

MEMORIZE

● O despacho de 31 de Agosto justifica a decisão com a “necessidade de se efectuar a realização da despesa em moeda estrangeira para o referido financiamento” e orienta o ministro das Finanças a assegurar os recursos financeiros necessários”.

O

Ministério da Construção foi autorizado, por decreto presidencial, a realizar despesas para os

projectos de investimento público, enquadrados no financiamento eurobonds.

O decreto de 31 de Agosto justifica a decisão com a “necessidade de se efectuar a realização da despesa em moeda estrangeira para o referido financiamento” e orienta o ministro das Finanças a assegurar os recursos financeiros necessários.

Em Abril passado, em despacho assinado pelo ministro das Finanças, Archer Manguera, aprovou-se a proposta de adjudicação para a reabilitação de quatro estradas no âmbito do referido financiamento, num total de cerca de 171,1 milhões de dólares.

1,5

Mil milhões de dólares é o valor da primeira emissão de títulos de dívida pública em moeda estrangeira, efectuada pelo país, em 2015.



Entre os projectos beneficiados encontram-se alguns no interior do país.

Uma das obras beneficiadas é a correspondente à reabilitação da estrada nacional (EN) 354, no troço Cusse, município de Caconda e Cuima, município da Caála, província do Huambo. A mesma irá permitir a ligação entre a cidade do Lubango e o Huambo.

A empresa subsidiária da australiana Aurecon foi seleccionada, em Março, para monitorizar 15 dos projectos a serem financiados pela emissão de eurobonds. Além do pro-

jecto do Ministério da Construção, em Abril último o Ministério das Finanças também aprovou a adjudicação de 16 projectos do Ministério da Energia e Águas, avaliados em cerca de 338,9 milhões de dólares.

Emitida em Novembro de 2015 e avaliada em 1,5 mil milhões de dólares, esta foi a primeira emissão do género feita pelo país, de títulos de dívida pública em moeda estrangeira, pagando juros de 9,5% e a liquidar aos dias 12 de Maio e 12 de Novembro

de cada ano, durante 10 anos.

Considerando o sucesso desta primeira emissão, o Governo pretende repetir a emissão de ‘eurobonds’ em moeda estrangeira, tendo o Presidente da República, em despacho de 4 de Agosto, autorizado o ministro das Finanças, Archer Manguera, a implementar as medidas que possibilitem a conclusão dos trabalhos conducentes à concretização do financiamento externo de eurobonds no valor de 2.000 milhões de dólares.

PROSPECÇÃO PETROLÍFERA

Estado recupera blocos e põe em leilão

O Ministério dos Petróleos reverteu para o domínio do Estado o Bloco petrolífero 2/85, em virtude do termo do período de produção do contrato de partilha deste sector. Segundo um decreto ministerial, o período do contrato de partilha de produção do referido bloco cessou em Setembro de 2015.

No documento, o Governo justifica tal procedimento com o facto de a concessionária nacional, a Sonangol, não ter requerido a prorrogação do período de produção da referida concessão.

Constituem as áreas de desenvolvimento do Bloco 2/85, Bagre, Raia, Savelha, Lombo Norte, Cavala

e Morsa West, bem como Chopa, Albacore, Calafate e Estrela, que foram objecto de integração do Bloco 02/05.

No entanto, o ministro dos Petróleos, Botelho de Vasconcelos, anunciou para o próximo ano a retomada de leilões de novos blocos de prospecção, incluindo o

Bloco 2/85. Os leilões encontram-se suspensos há quase um ano. Segundo o governante, os blocos marítimos, localizados na bacia do Namibe, vão a leilão para dar lugar a outros blocos cuja produção está em declínio.

Botelho de Vasconcelos salientou que o Ministério dos Petróleos tem estado a trabalhar com as empresas petrolíferas, no sentido de fazer baixar os custos de exploração para uma média de 10 a 12 dólares o barril, que compara com 15 a 20 dólares de

há três anos.

O ministro afirmou ainda que a economia angolana precisa que os preços do barril do petróleo aumentem até à fasquia dos 60 dólares. Considerou essencial “para a economia que os preços do petróleo subam até aos 60 dólares por barril, até ao final do ano”. A agência Fitch concorda que Angola precisa de ver uma subida nos preços do crude, mas aponta para os 82 dólares por barril como o preço necessário para equilibrar a economia.

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

Mercados & Finanças

12 MESES PASSADOS DESDE QUE INICIOU OPERAÇÕES

Banco Postal ‘engorda’ património com a segunda unidade de negócio

CRÉDITO. Novo segmento de actuação é dedicado ao “comércio e empresários”, com propósito de ajudar pequenos investidores na formalização de negócios, e marca os primeiros 12 meses desde que a entidade abriu portas.

Por Nelson Rodrigues

O Banco Postal prevê lançar, nos próximos dias, a segunda linha de negócio da sua estratégia operacional, que privilegia o “comércio e empresários” e a formalização dos pequenos negócios, anunciou a administração da entidade, em nota enviada ao VALOR.

Denominada ‘Comércio e empresários’, a unidade de negócio é a segunda de um grupo de três, e propõe-se apoiar pequenos empresários das economias formal e informal e que “são marginalmente servidas por bancos e instituições de microfinanças”, de acordo com uma nota de apresentação do banco, que festejou o seu primeiro aniversário na semana passada.

Neste segmento, que segue ao Xikila Money – unidade de negócio do banco que permite pagar contas e fazer múltiplas operações a partir do telemóvel – o banco tem reservado “pequena rede de Centro de negócios dedicados e complementadas por uma força de vendas inovadora, proporcionando um serviço diferenciado e centrado no cliente”.

Os clientes deste nível serão ainda beneficiários de serviços “com enfoque em soluções de crédito de baixo risco”, assegura a gestão, que é presidida por NgunuTiny, dono do grupo

empresarial angolano, a EGM Capital, que controla o banco em 65% do seu capital societário.

Depois do ‘Comércio e Empresários’, só faltará o segmento ‘Corporate e Personal’, que conclui o plano estratégico da entidade, que inova o mercado bancário com operações que dispensam notas e moedas metálicas e cartões electrónicos.

No Corporate, que deve ser lançado entre o final deste ano e o primeiro trimestre de 2018, o enfoque vai para as médias e grandes empresas, um segmento em que o banco “pretende ter um foco tácito, por via da introdução selectiva de produtos e serviços inovadores”, além de cobrir soluções de financiamento a clientes de rendimento elevado.

Do balanço dos primeiros 12 meses de actividade, o banco destaca o alargamento do património, do qual se soma uma rede de quatro agências e 110 quiosques, distribuídos por Luanda e Huambo, além de uma carteira de clientes superior a 60 mil, através do serviço Xikila Money, a primeira Unidade de Negócio, lançada em Março deste ano.

O Banco Postal aposta agora no lançamento das restantes Unidades de Negócios, nomeadamente Comércio e Empresários, e Corporate e Personal, para servir todo o mercado transversalmente, tanto formal como o informal, reforçando o seu compromisso em assegurar uma resposta de excelência para todos, junto da banca, perspectiva a administração.

“Estamos muito satisfeitos com



O banco festejou o seu primeiro aniversário na semana passada.

110

Número de quiosque do banco até ao momento, espalhadas em Luanda e no Huambo

60

Mil clientes estão contabilizados na carteira do banco até ao momento.

os resultados até agora alcançados. A estratégia do banco passa agora pelo lançamento das restantes Unidades de Negócios, disponibilizando assim uma oferta multi-segmentos e complementar, satisfazendo as necessidades dos diferentes actores do segmento empresarial tanto formal como informal, de menor ou maior dimensão do mercado angolano”, regozija-se a gestão do mais novo banco do circuito financeiro nacional.

CONTAS DE BALANÇO INDISPONÍVEIS

O banco assume ter iniciado actividade há mais de um ano, mas não apresenta o balanço dos primeiros 12 meses. Nem mesmo os balancezes trimestrais estão disponíveis na página de internet da instituição. Mas admite terem já decorrido várias operações financeiras, desde pagamentos de serviços a contas de diferentes naturezas.

“Neste momento, se for cliente

Xikila, através do seu telefone pode fazer carregamentos do telefone ou de outras contas. Há muitos sítios onde pode ir fazer contas e pagar com o Xikila Money”, garante a administração, através da empresa que cuida da imagem do banco, para quem é estratégia do banco integrar o produto entre os principais meios de pagamentos.

ESTADO NO NEGÓCIO

Além do grupo EGM Capital, o banco é participado pelo Estado em cerca de 30%, através da Empresa Nacional de Seguros de Angola, a ENSA, e um outro grupo privado nacional denominado C8 Capital, que responde por 5% das participações da entidade.

Os donos do banco definem a nova instituição como “um banco ético na primeira linha do combate à exclusão social, pobreza e criação de emprego”, estratégia que é justificada pelos diversos segmentos de negócios projectados pelo banco.

100.000

BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA.



EM TODAS AS PROVÍNCIAS.

Agora, o jornal que você não dispensa para estar bem informado vai estar nas mãos de muitos mais angolanos. O Nova Gazeta tem **cem mil exemplares, todas as quintas-feiras**. Para chegar com força a todas as províncias. Com a imparcialidade, as notícias, a crítica e a actualidade que fazem falta.

www.novagazeta.co.ao

100 MIL. SEM CUSTO.

Empresas & Negócios

EMPRESA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO EM DERRAPAGEM

Tura reduz 25% da mão-de-obra

DESPEDIMENTOS. Transportadora avança com redução de pessoal para evitar falência. Nos últimos três anos, empresa de autocarros públicos vem enfrentando problemas financeiros, explicadas sobretudo pelas dívidas do Estado.

Por António Miguel

A

Tura (Transporte Urbano Rodoviário de Angola) pondera despedir, ainda este ano, 125 trabalhadores, o

que representa 25% do total de 502 funcionários da empresa, sediada em Luanda, apurou o VALOR.

Segundo o director da Tura, José Augusto, a medida é consequência dos problemas financeiros que a operadora privada de transportes públicos vem enfrentando nos últimos três anos e serve para evitar o encerramento da firma.

“É sempre duro ter de despedir trabalhadores nestas condições. Mas a verdade é que não há dinheiro e, para que a empresa não entre em falência, ficando todos os 502 trabalhadores, mais as suas famílias sem o pão, temos mesmo de reduzir o pessoal”, lamenta o director da Tura que garante indemnizações para os visados.

Apesar das dificuldades de tesouraria, não há salários em atraso, mas José Augusto conta que a empresa esteve em risco de não fazer o pagamento dos ordenados de Julho e Agosto. “Tivemos de fazer várias engenharias financeiras e, por sorte, conseguimos, por isso é que, se não forem tomadas medidas, a empresa vai mesmo fechar.”

José Augusto avançou que as dificuldades financeiras da Tura estão relacionadas com as dívidas acumuladas de cerca de 500 milhões de kwanzas que o Estado tem para com a empresa. O valor em causa tem que ver com o paga-



Mário Mujetes © VE

Autocarros têm capacidade para 85 pessoas, mas chegam a carregar até 130.

mento do subsídio do bilhete de passagem do autocarro. A corrida custa 90 kwanzas por viagem e é subvencionada em dois terços, sendo que o passageiro paga 30 kwanzas e o Estado cobre os restantes 60 kwanzas.

“Se o Estado pagasse os subsídios a tempo, garantidamente não estaríamos a enfrentar estes problemas”, acusa Augusto, para quem o custo real da passagem do autocarro é de 200 kwanzas, o que deveria levar o Estado a actualizar a tarifa. “Deste modo, o passageiro pagaria 100 kwanzas e a subvenção cobriria os restantes 100”, calcula.

José Augusto voltou a lamentar o alto índice de deterioração dos autocarros devido à má utilização por parte dos passageiros e ao mau estado das estradas primárias e secundárias, acrescentado que um autocarro normal tem capacidade para transportar 80 a 85 passageiros, mas no quotidiano chegam a entrar 130 nos meios rolantes.

A aquisição de um autocarro novo anda à volta dos 200 mil dólares. Os autocarros da Tura, que não têm concessionária em Angola, são fabricados na China, país de onde também saem as peças sobresselentes. O processo

de importação deste material leva entre quatro e seis meses, tempo em que as máquinas também ficam inoperantes à espera da manutenção que custa mensalmente 3.500 dólares por unidade. Já as perdas de um autocarro parado rondam os 500 dólares por dia, segundo cálculos do responsável da Tura.

Criada em 2001, a Tura já teve até 250 autocarros, mas actualmente não passam de 30 viaturas. Além dos transportes urbanos, a empresa opera também no segmento interprovincial, Luanda-Malanje e Luanda-Uíge.

No meio de várias dificuldades, a direcção da Tura foi ainda “sur-

500

milhões de kwanzas. A dívida do Estado para com a Tura anda à volta deste valor.

125

dos 502 trabalhadores da Tura serão despedidos devido a problemas financeiros.

MEMORIZE

- Os danos provocados pelos incêndios ocorrido há duas semanas, nas instalações da Tura, estão avaliados entre 150 e 200 mil dólares, segundo o director da empresa, José Augusto, que explicou ainda que as causas do acidente estão por apurar.



preendida”, com um incêndio nas suas instalações, situadas na zona do Mercado dos Congolenses, em Luanda. Os danos estão avaliados entre 150 e 200 mil dólares, sendo que as causas ainda estão por apurar. A empresa não tem seguros contra incêndios.

Segundo José Augusto, os Serviços de Investigação Criminal estão no encalce das investigações. Entre as perdas, destacam-se 210 garrafas de gás butano, de uma empresa associada ao grupo Tura, estruturas de transportes dessas botijas e uma bomba de combustíveis ligada a cinco tanques de abastecimento dos autocarros.

A SONANGOLE.P. anunciou a abertura de um concurso limitado para a aquisição de serviços de auditoria externa, durante um período com o termo previsto para 31 de Dezembro de 2017 e, no limite, de três exercícios.



O DIRECTOR provincial da ENDE, no Cunene, Macumbundo Ngombo, defendeu que o pagamento regular do consumo de energia eléctrica permite o melhoramento da qualidade e a expansão do sector eléctrico na região.



DEPOIS DE RECUPERAR UMA DAS LOJAS QUEIMADAS

Alimenta Angola investe 180 milhões USD em novas lojas

DISTRIBUIÇÃO. Novos investimentos têm, como meta, a expansão da rede para mais cinco províncias e consolidar a presença em Luanda.



Rede vai erguer duas lojas por ano até 2022.

Por José Zangui

O plano de expansão da rede Alimenta Angola prevê um investimento de 180 milhões de dólares nos próximos seis anos,

adintou, ao VE, o director de operações da empresa, Luiz Mattos. Com o arranque previsto para este ano, o plano inscreve a construção de duas lojas por ano, ao custo de 15 milhões de dólares por unidade, e, além da consolidação de Luanda (onde conta com três lojas e um centro de distribuição), prevê alargar a rede ao Huambo, Kwanza-Sul, Malanje e Benguela e Huíla.

Pelos cálculos do director de operações, cada nova loja vai

empregar directamente 220 funcionários, sendo que as três que já funcionam em Luanda, (Camama, Viana e Centralidade Zango 0 mais o centro de distribuição), criaram, até ao momento, 890 postos de trabalho.

O projecto Alimenta Angola Cash and Carry teve início em 2005 e consiste na instalação de lojas e armazéns, preparados para aten-

der os pequenos e médios empresários dos mais diversos ramos de actividade, como hotéis, restaurantes, bares e mercearias.

Em 2012, um dos supermercados da rede Alimenta, localizado em Viana, Luanda, ficou totalmente destruído em consequência de um incêndio. Na altura, reportaram-se elevados prejuízos materiais na ordem de milhares de dólares.

Luiz Mattos avança que a loja de Viana foi completamente reconstruída e está em actividade desde 2014, tendo integrado todos os seus trabalhadores, cerca de 200.

Nas palavras do director de operações do Alimenta Angola, a empresa “não está voltada apenas para a realização económica, mas também para a responsabilidade social com a comunidade em que está inserida”.

PARA ENSINO PRIVADO

ENSA lança seguro de protecção escolar

A Empresa Nacional de Seguros de Angola (ENSA) introduziu, no mercado, um novo pacote de serviços destinado à protecção escolar, com vista à sua comercialização nos estabelecimentos de ensino. O novo serviço foi viabilizado mediante um acordo, rubricado em Agosto, entre a seguradora e a Associação Nacional de Ensino Particular (ANEP).

O seguro de acidentes pessoais e protecção escolar cobre riscos de acidente sofridos por alunos durante as actividades escolares, para além de garantir a cobertura da responsabilidade civil do estabelecimento, a reparação de danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros, em consequência de acidentes que ocorram nas instalações escolares.

A cobertura inclui a responsabilidade civil dos membros do corpo docente e empregados do estabelecimento de ensino ou outras pessoas ao seu serviço, mesmo que temporariamente. Enquadra-se ainda neste pacote a cobertura de acidentes que ocorram entre o local de residência e a escola, estando ainda acoplado ao contrato a responsabilidade civil dos alunos e da escola pelos danos que estes tenham causado a terceiros.

O contrato prevê também que, em caso de morte da pessoa assegurada, em consequência de um acidente ocorrido durante a actividade escolar, a seguradora pague uma compensação, estando ainda estabelecido, por outro lado, que, em caso de incapacidade permanente, a seguradora efectue o pagamento de um montante correspondente à aplicação ao capital seguro do grau de incapacidade sofrido por aquela, se este for superior a 25 pontos.

A ANEP conta com 1,5 milhões de estudantes, distribuídos entre a 1.ª e a 12.ª classe. Só em Luanda, estão 600 mil e encontram-se em vários colégios associados.

O presidente do conselho de administração da ENSA, Manuel Gonçalves, disse, na ocasião, que “se quisermos mudar o país, temos de começar pela educação” e que o seguro para a protecção escolar de crianças e jovens “é crítico para o futuro que pretendemos assegurar”.

Apesar da conjuntura económica do país, o resultado líquido da ENSA cresceu mais de 44% em 2016, com o valor líquido de 1.013 milhões de kwanzas, superando os 705 milhões de kwanzas de 2015.

Neste período, registou-se também o aumento de 11% no valor de prémios, atingindo um total de 47,6 mil milhões de kwanzas, proporcionado pelos produtos de saúde, acidentes de trabalho, petroquímica e automóvel.

(In)formalizando

REPRODUÇÃO DE CHAVES

Pequenas metalúrgicas que chegam a gerar meio milhão kz

CASAS DE CHAVES. Novo negócio ligado à produção e reprodução de chaves para os mais vários fins ganha terreno em Luanda. Negócio chega a gerar, em alguns casos, receitas na ordem de meio milhão de kwanzas.

Por José Calebe

A reprodução de chaves, das mais várias tipologias e modelos, é um negócio que começa a ganhar alguma proporção, em vários pontos de Luanda. A actividade, estando ainda muito longe daquilo que a 'grande' indústria metalúrgica nacional oferece, em termos de produtos, tem servido de alternativa para satisfazer as necessidades de muitos cidadãos. Entre os produtos confeccionados, nessa pequena actividade de transformação de metais, destacam-se produção e reprodução de chaves para residências, viaturas e motorizadas.

Numa ronda efectuada por algumas dessas casas, em Luanda, o VE constatou que alguns dos profissionais que se dedicam a esta actividade trabalham por conta própria, enquanto outros por conta de outrem, sendo que, neste último caso, o proprietário

do negócio nem sempre é quem executa o trabalho, que é atribuído a um segundo indivíduo, dispondo o primeiro apenas do espaço e material para a efectivação do trabalho.

O processo de reprodução de chaves, em si, apresenta-se, à partida, simples, requerendo materiais como, por exemplo, a lima e duas máquinas especializadas para o trabalho, sendo uma que serve de suporte para apertar a chave partida e outra para efectuar a duplicação à medida da chave antiga.

Esse modelo serve, no entanto, para quem dispõe de alguma verba para poder adquirir a máquina de duplicação que normalmente é importada, sobretudo de países como a China. Os preços, porém, variam de acordo os modelos da máquina.

NEGÓCIO DE VÁRIAS OPORTUNIDADES

O negócio pode também ser executado por quem dispõe de poucos recursos financeiros, conforme relatado por alguns profissionais da actividade, desde que os interessados consigam um espaço num ponto bem frequentado da cidade. Entretanto, aqui, ao contrário das



Toyota, Hyundai e Nissan são as marcas que mais solicitam o serviço dos chaveiros.

20

Valor mínimo para a produção de chaves codificadas

80

Valor máximo para a produção de chaves codificados.

chaves codificadas e especiais, a preferência deverá recair sobre as chaves simples que exigem apenas uma lima para se obter o protótipo original.

É o caso de Hebreu Quilumbo, de 24 anos de idade, chaveiro de profissão há cinco. Trabalha na loja AQM comercial, na Avenida Revolução de Outubro, "uma casa que já reproduz chaves há cerca de 18 anos".

Quilumbo consegue "viver normalmente", reproduzindo vários tipos de chaves e, como diz, tem tido rentabilidade já que consegue "pagar o ensino superior com o dinheiro que ganha".

O jovem profissional reproduz chaves do tipo "direito, esquerda e algumas de viaturas" e os preços variam, conforme a exigência. Uma chave normal de casa custa mil kwanzas, enquanto as especiais variam entre os três mil e os quatro mil kwanzas'.

Para as chaves não codificadas para viaturas, Hebreu cobra 2.500 kwanzas. Já para as codificadas, os preços rondam entre os 20 mil e 80 mil kwanzas. Durante o dia, Quilumbo chega a amealhar, em média, entre 20 mil e 25 mil kwanzas só a reproduzir chaves residenciais. Com a reprodução de chaves para viaturas, os ganhos situam-se entre os 25 e 30 mil kwanzas.

Feitas as contas, Quilumbo declara que consegue acumular, em média, num mês, um total de aproximadamente 600 mil kwanzas.

"Também reproduzimos chaves de motorizadas, mas, neste caso em particular, não temos sido solicitados com muita frequência", esclareceu. Hebreu Quilumbo trabalha com quatro ajudantes e cada um recebe entre 30 e 40 mil kwanzas de salário mensal.

A equipa de reportagem do VE contactou também Santos

A actividade, estando ainda muito longe daquilo que a 'grande' indústria metalúrgica nacional oferece, em termos de produtos, tem servido de alternativa para satisfazer as necessidades de muitos cidadãos.



O material usado pelos chaveiros é importado sobretudo da China.

Mbendo, um jovem de 36 anos e que se dedica à reprodução de chaves há três, numa loja, em Viana. Mbendo trabalha sozinho, mas é empregado de alguém. O seu trabalho inclui também reprodução de chaves para carros, motos e para portas de residências e, às vezes, para cofres.

Quase sempre Mbendo é solicitado para reproduzir chaves de carros de marca Toyota, Hyundai e Mitsubishi, mas, ao VE, disse que pode reproduzir chaves de outras marcas, faltando-lhe apenas algum material.

As condições para reproduzir uma chave dependem muito do formato, mas o início da produção é antecedido de algumas regras. “O cliente traz a chave

MEMORIZE

- Entre os produtos confeccionados, nessa pequena actividade de transformação de metais, destacam-se produção e reprodução de chaves para residências, viaturas e motorizadas.

que pretende reproduzir e vê se consta no modelo de chaves lisas que temos no stock. Havendo no stock, discutimos e acordamos o preço, e começamos logo a reprodução”, explica Mbendo.

O fabricante cobra dois mil kwanzas por uma chave normal de

uma viatura, e entre mil e três mil kwanzas para chaves residenciais.

Ao fim do dia, Mbendo consegue juntar entre 20 e 25 mil kwanzas, mas o valor é repartido com o dono da loja que fica com a maior parte. Além de sustentar a sua família, Mbendo já conseguiu casa própria, com os salários de chaveiro.

Em relação ao material, Mbendo diz que é importado da China, sendo que, neste momento, usa duas máquinas diferentes, no caso o ‘torno’ (máquina eléctrica) e outra ‘manual’ que só é “utilizada quando não há luz eléctrica”.

Alex Dyakumbanza, outro chaveiro na profissão há sete anos, abriu uma casa nova de reparação de ignição de viaturas e motos, em parceria com o seu ajudante há dois meses, em Cacuaco.

Dyakumbanza afirmou que, por enquanto, a procura pelos seus serviços “é acanhada”, pelo que tem reproduzido em “quantidades reduzidas”. Ao contrário de Mbendo e Quilumbo, Dyakumbanza não consegue, por enquanto, reproduzir as chaves especiais e as codificadas, devido à “falta de material completo” pelo que não cobra “preços exorbitantes”. Por enquanto, estão fixados entre 400 e 500 kwanzas.

Dyakumbanza também utiliza uma lima e uma máquina de marca chinesa para atender os poucos clientes que recebe actualmente. Nos cálculos deste chaveiro, cinco a sete minutos é o tempo suficiente para a reprodução de uma chave. “A inteligência e a criatividade contam muito para o sucesso da profissão”, defende.

Hebreu Quilumbo
chaveiro



TRANSCOOP

Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



SERVIÇO PERSONALIZADO COM CONFORTO E SEGURANÇA

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



De Jure

LEI FOI PROMULGADA A 11 DE AGOSTO DESTE ANO

Prevenção e combate ao terrorismo regulados a partir de 25 Novembro

REGULAÇÃO. Novo diploma legal estabelece as medidas de natureza preventiva, repressiva, investigativa e processual de combate ao terrorismo, bem como outras correlativas de apoio e protecção às vítimas de actos terroristas.

Por Valdimiro Dias

A nova Lei 17/19 que aborda a Prevenção e o Combate ao Terrorismo, promulgada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, deve entrar em vigor a 25 de Novembro, conforme estabelece o diploma publicado na I.ª série do Diário da República referente ao dia 25 de Agosto.

A lei adoptada decorre da necessidade de se dar cumprimento aos tratados e acordos internacionais, de que Angola é signatária relativos

à prevenção, repressão e combate ao terrorismo e revoga os artigos 62.º a 64.º da Lei n.º 34/11, de 12 de Dezembro, a Lei de Combate ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, que agora são incorporados no novo quadro legal.

Os artigos retirados da lei 34/11 cingiam-se na questão do terrorismo, desde a sua definição às suas diferentes nuances e na tipificação do financiamento ao terrorismo.

A nova lei estabelece as medidas de natureza preventiva, repressiva, investigativa, processual de combate ao terrorismo, bem como outras correlativas de apoio e protecção às vítimas de actos terroristas. O diploma cria ainda o organismo de coordenação e partilha de informações no âmbito da

ameaça e combate ao terrorismo.

Sobre o seu âmbito de aplicação, a Lei abrange os factos praticados em território nacional por cidadãos nacionais ou estrangeiros, bem como no estrangeiro, por angolanos ou por estrangeiros, sempre que os agentes forem encontrados em território angolano.

A sua aplicação é extensiva às situações em que o acto em si atenta contra ou a bordo de navios ou aeronaves de bandeira nacional, salvo tratado ou convenção internacional em contrário. Afecta também aeronaves ou navios de bandeira estrangeira que aterrem ou entrem nas águas territoriais angolanas, com o criminoso a bordo.

No caso das medidas de natureza preventiva, destacam-se o impedimento à circulação de ter-

roristas ou de grupos terroristas, mediante o controlo eficaz das fronteiras, a emissão de documentos de identidade e de viagem para evitar a falsificação ou a utilização fraudulenta de documentos de identidade e de viagem.

Ainda a título preventivo, o diploma legal admite a recusa da emissão de visto, bem como o cancelamento de qualquer tipo de visto “quando o seu titular constitua perigo ou ameaça grave para a ordem pública e a segurança nacional”. Enquadra-se, neste âmbito também, a recusa da concessão da nacionalidade por naturalização, aos estrangeiros pelo seu envolvimento em actividades relacionadas com a prática do terrorismo.

No domínio económico, estabelece sanções financeiras, contemplando, por exemplo, o congelamento de forma imediata e sem qualquer aviso prévio de todos os recursos económicos pertencentes a detidos, directa ou indirectamente, individualmente ou em conjunto de pessoas, grupos e entidades designadas pelo Comité de Sanções das Nações Unidas, bem como pelo Estado angolano.

Por último, em caso de condenação, prevê a perda de bens a favor do Estado. No caso os bens que se presumirem constituir vantagem de actividade criminosa que será aferido pela diferença entre o valor do património do arguido e aquele que seja congruente com o seu rendimento lícito.



O **Nová Gazeta** na internet

ACESSE: www.novagazeta.co.ao



Seis razões pelas quais vale a pena confiar!



PAULO FINURAS

P.h.D

A confiança «existencial» é a melhor forma de lidar com as exigências de decisão permanente, porque criam um cenário de previsibilidade que mantém a «ilusão» da narrativa colectiva. Diariamente, somos todos confrontados com múltiplas escolhas e oportunidades, pelo que temos de efectuar decisões sobre, em quem, e no que confiar, e cada opção significa uma renúncia a outra.

Quanto mais se moderniza a sociedade, mais importante se torna a Confiança no plano prático das relações e das interações sociais a todos os níveis da nossa vida. Podemos concluir que existem, pelo menos, seis razões que reforçam a importância da confiança nas sociedades em geral.

Em primeiro lugar, praticamente todas as sociedades humanas, independentemente do seu grau de modernização, precisam de encapsular a ideia de desenvolvimento a partir de estruturas humanas (tal como as instituições), e cada vez menos como processos de «fé», ou baseado nas relações pessoais e de proximidade. Para lidar com as incertezas do futuro, os indivíduos necessitam, absolutamente, de confiar, seja nas instituições, seja nos seus sistemas, processos e «agentes», cuja actividade consiste, justamente, em dirigir e gerir o próprio desenvolvimento da sociedade.

Em segundo lugar, o mundo moderno baseia-se em avançadas divisões do trabalho e de diferenciação de papéis que produzem cada vez mais dependências, tanto no seio das sociedades, como entre elas. Estas dependências, por sua vez, são tanto portadoras como, ao mesmo tempo, geradoras de (mais) incertezas e riscos. Donde, e consequentemente, uma maior necessidade de mais e melhores esforços de cooperação com os outros, o que aumenta a procura da confiança e a própria necessidade de a (re) produzir e expandir. Mas atenção: convém aqui diferenciar «risco» de «incerteza». O risco é uma probabilidade percebida como perda potencial, interpretada por quem toma a decisão de confiar. A incerteza é a incapacidade de conhecer o próprio risco.

Em terceiro lugar, o nosso mundo tende para a aceleração do seu processo de transformação global e para a «conquista social» da terra, com um impacto total não apenas na nossa vida, como na nossa própria condição de viver. Por via das modernas tecnologias de informação, comunicação e transporte utilizadas, o mundo tende a ficar cada vez mais «pequeno», «rápido» e «plano», aproximando inevitavelmente as pessoas e as sociedades e criando com isso (inevitavelmente), novos riscos e ameaças. Portanto, quer a nossa existência, quer a nossa preservação decorrem num contexto e num ambiente de vulnerabilidade e mudança acelerada. Dito de outra forma, a nossa existência e a nossa condição acontecem cada vez mais numa «sociedade de risco». Este facto contribui fortemente para a necessidade de conseguir produzir confiança ao nível inter individual e colectivo.

Em quarto lugar, dado que temos de lidar com um número cada vez maior de opções na vida moderna, precisamos de recorrer à confiança nas nossas rotinas e no funcionamento dos designados «sistemas abstractos, técnicos e periciais», seja quando escolhemos a escola para os nossos filhos, um banco para depositarmos poupanças, uma companhia aérea a quem confiamos a nossa viagem ou uma grande superfície onde adquirimos alimentos. A confiança «existencial» é a melhor forma de lidar com as exigências de decisão permanente, porque criam um cenário de previsibilidade que mantém a «ilusão» da narrativa colectiva. Diariamente, somos todos confrontados com múltiplas escolhas e oportunidades, pelo que temos de efectuar decisões sobre, em quem, e no que confiar, e cada opção significa uma renúncia a outra. Em comum, encontramos o facto de todas as escolhas terem um preço. Porém, a nossa própria história colectiva ensina-nos que, quando

comparado ao preço da desconfiança, concluímos que esta última opção é mais dispendiosa.

Em quinto lugar, há nas sociedades modernas uma progressiva tendência para uma certa «opacidade» de alguns segmentos do seu funcionamento em relação à maioria dos seus cidadãos. É o caso do funcionamento dos mercados, da máquina e da engrenagem burocrática tanto governamental como institucional de muitos serviços públicos de que dependem biliões de indivíduos em todo o mundo. Quando as pessoas são confrontadas com essa enorme «caixa-negra», os não-especialistas (que são a esmagadora maioria dos indivíduos e cidadãos), necessitam de confiar, caso contrário ficariam paralisados e seriam incapazes de agir.

Finalmente, em sexto lugar, nos contextos modernos o número de «estranhos» e «estrangeiros» tende a aumentar, seja devido às migrações, ao turismo ou simplesmente às facilidades de viajar em geral. Portanto, a confiança torna-se não só a abordagem necessária, como a mais adequada ao comportamento social e cooperativo e ao funcionamento das grandes redes nas quais estamos inevitavelmente envolvidos.

Um tanto paradoxalmente, podemos concluir que quanto menor é o conhecimento que se tem de uma pessoa, de uma organização ou de uma instituição de quem se necessita ou depende, seja para obter serviços, produtos ou informação, mais necessária se torna a confiança. Ora, dada a complexidade crescente das sociedades modernas em que vivemos, é altamente improvável que consigamos ter o completo conhecimento de tudo. Resta-nos arriscar porque, de resto, já vivemos numa sociedade de risco.

E você, em quem já confiou hoje?

Director Executivo da Noosfera – KnowledgeMatters

Gestão

STEVE SIEBOLD

Multimilionário aponta coisas que deve evitar se quiser ficar rico

CARREIRA. Multimilionário norte-americano Steve Siebold defende que qualquer pessoa tem potencial para ficar rico, mas realça, no entanto, que há erros a evitar. Confira a seguir 11 conselhos avançados pelo autor sobre coisas que não deverá fazer se quiser enriquecer.

Por António Nogueira



1. PENSAR PEQUENO

O objectivo da maioria das pessoas é reformar-se aos 67, com a esperança de ter dinheiro suficiente para sobreviver até morrer, diz Steve Siebold. Por isso, aconselha o multimilionário, não tenha medo de pensar em grande. Diga para si, como fazem os ricos: “Se não eu, então quem?”.

2. PREOCUPAR-SE DEMASIADO EM POUPAR

Embora reconheça que o acto de poupar para investir tenha a sua importância, Siebold realça que os que ficam mesmo muito ricos concentram-se mais em ganhar e em gerar receita. “As massas estão tão focadas em cupons de desconto e a viver de forma frugal que perdem grandes oportunidades”. “Mesmo em plena crise financeira, os ricos rejeitam o miserabilismo das massas”, continua.

3. SALÁRIO FIXO

O cidadão médio prefere um salário fixo ou estável. Mas os ricos preferem ser pagos em resultados e normalmente trabalham por conta própria. “O caminho mais rápido para a prosperidade é o auto-emprego”, defende.

4. PRAZOS FLEXÍVEIS

“O dinheiro não cai do céu”, aclara o autor, sublinhando que, para enriquecer, é preciso ter um objectivo claro, um plano para o concretizar e um prazo definido. Enquanto a maioria das pessoas quer muitas coisas ao mesmo tempo, os ricos “focam-se num grande objectivo de cada vez”, e “estabelecem um prazo para o alcançarem”, diz Siebold.

5. VIVER ACIMA DAS POSSIBILIDADES

A classe média, segundo o multimilionário, gasta tudo o que tem (e, muitas vezes, o que não tem) para conseguir uma existência condigna. Os ricos, por outro lado, não só procuram várias fontes de rendimento, como, em vez de se focarem em gastar ou poupar, concentram-se em como ganhar mais para investir mais também.

6. ENTRETENIMENTO

Os ricos preferem a “educação ao entretenimento”, escreve o multimilionário americano. “Se entrar na casa de uma pessoa rica uma das primeiras coisas que vai ver é uma extensa biblioteca de livros usados para aprender a ser ainda mais bem-sucedido”. Diz Siebold que “a classe média lê romances, tabloides e revistas de entretenimento”.

7. RELAÇÕES TÓXICAS

De acordo com o autor, as pessoas de quem se rodeia determinam o seu rendimento. “A exposição a pessoas bem-sucedidas cria potencial para alargar os seus horizontes e catapultar o seu rendimento”, acredita Steve Siebold. “Tornamo-nos iguais às pessoas com quem nos relacionamos, e é por isso que vencedores atraem vencedores”.

8. NOSTALGIA

O cidadão comum tende a ser nostálgico, a olhar para o passado, diz o autor, acrescentando que, ao contrário, os que têm sucesso estão sempre de olhos postos no futuro e são optimistas. “As pessoas que acreditam que os seus melhores anos ficaram para trás raramente enriquecem, e, muitas vezes, enfrentam a infelicidade e a depressão”, garante Siebold.

9. CONFORTO

Segundo o multimilionário, a pessoa comum quer sentir-se confortável a nível físico, psicológico e emocional. As pessoas ricas, por outro lado, são estimuladas pela incerteza.

10. MEDO

Para conseguir grandes feitos, o medo tem de ficar à porta, aconselha o autor. Defende, no entanto, que é preciso sair da zona de conforto e arriscar. É o que fazem os ricos, assegura Siebold. “Neste nível de pensamento, nada parece impossível. Cada sonho ‘doido’ aos olhos das massas parece surpreendentemente realizável”.

A persistência dos desequilíbrios globais



CARMEN REINHART

O foco principal do simpósio deste ano, do banco da reserva federal americana (Fed), na cidade de Kansas em Jackson Hole, Wyoming, que reúne os principais banqueiros centrais do mundo, não era expressamente sobre a política monetária. O discurso de abertura da presidente do Fed, Janet Yellen, enfatizou as mudanças na política de regulamentação que se seguiram à crise financeira global de 2008, enquanto o discurso do presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, abordou a necessidade de reformas contínuas na Europa para sustentar a recente recuperação económica da zona euro.

Mas foram o comércio e as finanças globais - as principais forças que moldam a perspectiva económica e as condições do mercado financeiro com as quais os banqueiros centrais lidam - que ocuparam um lugar central. Sobre os efeitos da globalização do comércio de bens e serviços, a discussão destacou os custos para o emprego interno, os salários e a desigualdade. Do lado das finanças, os fluxos de capital internacionais e os desequilíbrios globais foram o principal foco.

E aqui, o velho ditado aplica-se: quanto mais as coisas mudam, mais elas permanecem na mesma. Durante a maior parte das últimas quatro décadas, os Estados Unidos foram um importador líquido de capital do resto do mundo.

Desde o início do século anterior até ao início da década de 1980, que os EUA raramente registaram deficit na sua conta corrente externa (ver gráfico). A conta corrente reflecte o saldo da balança poupança-investimento da economia. Quando a poupança excede o investimento, o resultado é um excedente da conta corrente, e a economia torna-se num credor para o resto do mundo. Depois que emergiu como uma potência mundial no final da Primeira Guerra Mundial, os EUA tornaram-se num fornecedor líquido de capital para o resto

do mundo.

Fontes: Estatísticas históricas dos Estados Unidos, Relatório Económico do Presidente, Perspectivas Económicas Mundiais do FMI.

Em 1987, o economista C. Fred Bergsten, foi o primeiro a sinalizar que os desequilíbrios globais caminham em direcção a um território desconhecido. “Os Estados Unidos, criadores do sistema económico do pós-guerra e o lar da principal moeda do mundo”, escreveu ele, “tornou-se na maior região devedora já conhecida da humanidade - e a sua tinta vermelha continuará a fluir pelo menos até à década de 1990. O Japão, amplamente visto como um país em desenvolvimento há apenas uma geração, tornou-se, de longe, no maior credor - e a sua acumulação de activos externos continuará a expandir rapidamente tão longe quanto é possível prever”.

O Japão foi identificado como um culpado particular dos crescentes desequilíbrios globais, porque o seu excedente de conta corrente superou 4% do seu PIB em 1986, enquanto o Banco do Japão acumulou níveis recorde de títulos do Tesouro dos EUA. O Japão adoptou limites “voluntários” nalgumas exportações para os EUA e, no âmbito do Acordo Plaza, no final de 1985, ajudou a preparar a reavaliação do iene face ao dólar.

No entanto, no final da década de 1980, com um iene forte, as bolhas das acções e dos activos imobiliário japoneses rebentaram e a taxa de crescimento do Japão caiu. Por volta da mesma altura, a Coreia do Sul emergiu temporariamente como uma importante culpada de estar por trás do deficit comercial dos EUA. Em 1987-1988, o superavit da conta corrente da Coreia do Sul subiu acima de 6% do PIB, com a manipulação monetária citada frequentemente pelo aumento da poupança externa.

A mesma acusação foi feita à China, que, com o seu espectacular crescimento liderado pelas exportações, compras oficiais recorde de activos americanos e de taxas de câmbio fixas (ou semifixas), continua hoje a dominar a discussão sobre os desequilíbrios globais. E,

de facto, existem algumas evidências para sustentar as alegações de que a manipulação da moeda e as práticas comerciais injustas tenham sido os principais factores pelo menos em alguns subperíodos.

Mas o superavit da conta corrente da China tem vindo a diminuir mais rapidamente do que o Fundo Monetário Internacional e muitos analistas haviam antecipado. Depois de subir para quase 10% do PIB em 2006-2008, o excedente externo oscila actualmente na faixa de 1-2%. Além disso, apesar de alguma moderação no primeiro trimestre deste ano, continua a fuga de capitais privados da China.

Entra a Alemanha. À medida que o excesso de conta corrente da China diminuiu, a Alemanha está a subir para níveis recorde (ver gráfico). A sugestão do presidente dos EUA, Donald Trump, de que esses excedentes são um subproduto de práticas comerciais injustas, soa estridentemente a oco. Como a Alemanha não possui moeda própria, também é um exagero sugerir que beneficie da manipulação da moeda (embora as políticas de flexibilização quantitativa do BCE tenham sido citadas nesse contexto).

Embora a Alemanha seja destacada em função do seu tamanho, não é de modo algum exclusivo, entre as economias avançadas, a manutenção de um superavit externo considerável. A partir de 2017, a Áustria, a Dinamarca, a Irlanda, o Japão, o Luxemburgo, os Países Baixos, a Noruega, a Suécia e a Suíça possuem importantes exce-

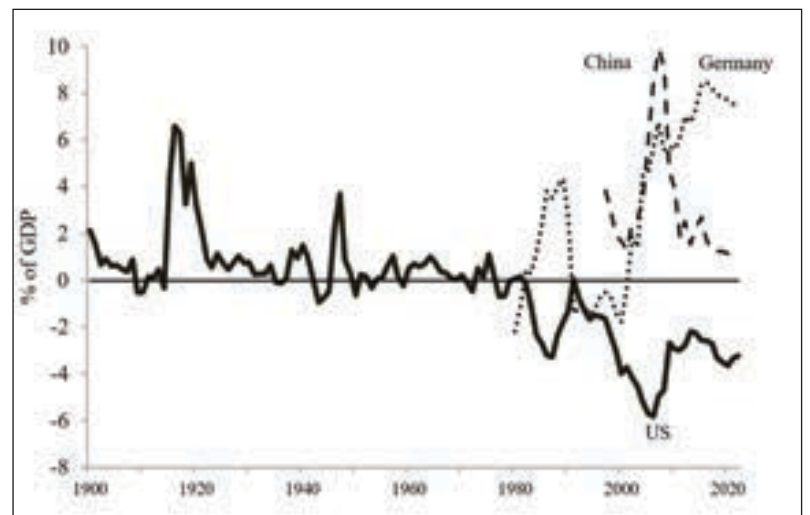
dentos de conta corrente em relação ao respectivo PIB. Tal como outras economias asiáticas.

Os EUA geraram deficits crónicos de conta corrente, por quase duas gerações. O apontar do dedo aos países excedentários, já está a ficar gasto. Na discussão em Jackson Hole, alguém questionou se poderia ser exercida a pressão internacional sobre os países excedentários para gastarem mais e economizarem menos. Quando a mesma questão foi colocada aos EUA, na sua era de excedentes no final da Segunda Guerra Mundial, quando a preocupação era a falta global de dólares, essa opção foi inequivocamente descartada.

Os EUA apenas registaram excedentes externos em três dos 38 anos, desde 1980. A política fiscal favoreceu a acumulação de dívidas pelas famílias em detrimento da poupança, e uma desaceleração significativa da produtividade está a afectar a competitividade internacional dos EUA. Como Ethan Ilzetzky, Kenneth Rogoff e eu comprovamos, devido à ausência de alternativas, o status do dólar como a principal moeda de reserva do mundo permanece incontestável, tornando assim mais fácil para os EUA continuar a financiar deficits de conta corrente. Mas o facto de ser fácil, não a torna uma boa ideia.

Carmen Reinhart é professora do Sistema Financeiro Internacional da Kennedy School of Government da Universidade de Harvard.

Embora a Alemanha seja destacada em função do seu tamanho, não é de modo algum exclusivo, entre as economias avançadas, a manutenção de um superavit externo considerável. A partir de 2017, a Áustria, a Dinamarca, a Irlanda, o Japão, o Luxemburgo, os Países Baixos, a Noruega, a Suécia e a Suíça possuem importantes excedentes de conta corrente em relação ao respectivo PIB. Tal como outras economias asiáticas.



Internacional



TENSÃO CHINA-ÍNDIA NO CENTRO

Líderes dos BRICS em cimeira decisiva marcada por problemas

IMPASSE POLÍTICO. Soldados indianos entraram em território que Pequim reclama seu e travaram a construção de uma estrada, que Nova Deli afirma que teria “sérias implicações para a segurança da Índia”.

Por Redação*

O bloco de grandes economias emergentes BRICS reúne-se esta semana, na China, num contexto marcado por problemas internacionais e internos, que poderão pôr em causa o futuro do grupo, afirma o investigador brasileiro Evandro Carvalho.

A nona cimeira dos BRICS decorre entre 03 e 05 de Setembro, na cidade de Xiamen, costa leste da China, e reúne os líderes do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Evandro Carvalho, professor visitante no Centro de Estudos dos BRICS da Universidade Fudan, em Xangai, explica à agência Lusa que a cimeira deste ano ocorre num contexto “bem diferente” do de 2009, quando o bloco se reuniu pela primeira vez.

O Brasil, a Rússia e a África do Sul atravessam um período de crise

económica, que, no caso brasileiro, é “agravado por uma crise política”, lembra Evandro Carvalho, que é também professor de Direito Internacional na Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro

Já a China e a Índia, os únicos membros que mantêm altas taxas de crescimento económico, atravessam um período de renovada tensão nas relações bilaterais.

Entre Junho e a semana passada, soldados dos dois países estiveram frente a frente numa zona disputada entre a China e o Butão - aliado da Índia -, no planalto de Doklam (ou Donglang, em chinês), nos Himalaias.

Soldados indianos entraram em território que Pequim reclama seu e travaram a construção de uma estrada, que Nova Deli afirma que teria “sérias implicações para a segurança da Índia”.

Para o académico brasileiro, esta disputa fronteiriça é mesmo o “facto mais complexo” da cimeira de Xiamen, que vai envolver um “esforço brutal” de diplomacia entre Pequim e Nova Deli, no qual os outros mem-

40

Por cento da população mundial é representada pelos BRICS.

bro do bloco podem ser “importantes intermediadores”.

O bloco BRICS ganhou expressão pela primeira vez em 2001, quando o economista Jim O’Neill, da Goldman Sachs, publicou um estudo intitulado “Building Better Global Economic BRICS”, sobre as grandes economias emergentes.

O grupo reuniu-se pela primeira vez em 2009 - na altura ainda sem a África do Sul - e logo estabeleceu uma agenda focada na reforma da ordem internacional, visando maior protagonismo dos países emergentes em organizações como as Nações Unidas, o Banco Mundial ou o Fundo

Monetário Internacional (FMI).

No conjunto, os BRICS representam cerca de 40 por cento da população mundial e 23 por cento do produto global bruto.

Vista de Pequim, a ascensão dos BRICS ilustra a emergência de “um mundo multipolar”, expressão que concentra a persistente oposição chinesa ao “hegemonismo” ocidental, e em particular dos Estados Unidos.

Evandro Carvalho considera que a agenda reformista é a “essência do BRICS”.

“Se perder força, estamos então perante uma situação de debilidade” do bloco, que “pode levar inclusive à sua diluição total”, alerta.

“Esta cimeira é importante, porque pode anunciar tanto a continuidade ou dar indícios de que há um processo de enfraquecimento do BRICS”, explicou, numa entrevista à agência Lusa.

No entanto, para alguns analistas, o problema de fundo do BRICS reside no desequilíbrio entre a China e os restantes membros do bloco.

A revista The Economist lembra que, em 2001, a China constituía metade da soma do Produto Interno Bruto (PIB) dos países que compõem o bloco, mas que hoje vale dois terços.

*Com agências

BRASIL

Desemprego cai para 12,8%

A taxa de desemprego no Brasil terminou o trimestre de Maio a Julho de 2017 em 12,8%, número que indica uma queda de 0,8 pontos percentuais em relação ao trimestre de Fevereiro a Abril deste ano, quando estava em 13,6%.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população desocupada soma 13,3 milhões de pessoas, número que indicou uma queda de 5,1%, (721 mil pessoas) face ao trimestre anterior.

Na comparação ano a ano, porém, os números sobre o desemprego mostram que no mesmo período de 2016 a taxa de pessoas que procuravam trabalho e não encontravam naquele país estava em 11,6%.

Já a população ocupada, que soma 90,7 milhões de pessoas, aumentou 1,6% em relação ao trimestre anterior (mais 1,4 milhões pessoas) e não apresentou alteração em relação ao mesmo trimestre de 2016.

Fazendo uma análise da queda do desemprego no Brasil no trimestre de Maio a Julho, Cimar Azeredo, coordenador de trabalho e rendimento do IBGE, destacou que a recuperação dos postos de trabalho deu-se no mercado informal.



A GUERRA de sanções e represálias entre a Rússia e os Estados Unidos da América agravou-se nesta sexta-feira, após a Casa Branca ordenar o encerramento do consulado russo em San Francisco.



MAIS DE 27 MIL refugiados de Mianmar chegaram ao território de Bangladesh numa semana, fugindo dos combates entre os rebeldes muçulmanos rohingyas e o exército de Mianmar, indicam dados divulgados pela ONU.



SILICON VALLEY DIZ A TRUMP

Sonhadores são vitais

Os executivos de top das maiores firmas de tecnologia dos Estados Unidos exigem que o presidente Donald Trump e o Congresso dêem continuidade a um programa que protege jovens imigrantes sem documentos de deportação.

“Os sonhadores são vitais para o futuro das nossas companhias e da

nossa economia. Com o seu contributo, crescemos e criámos empregos. Eles são parte da razão por que continuaremos a ter uma vantagem competitiva a nível global”, escreveram os executivos numa carta publicada na plataforma FWD.us, uma organização que advoga pelos direitos de imigrantes.

Segundo a secção sobre finanças da CNN online, assinaram a carta Tim Cook (Apple), Mark Zuckerberg (Facebook), Sundar Pichai

(Google), Jeff Bezos (Amazon), Meg Whitman (Hewlett Packard Enterprise), Satya Nadella (Microsoft) e Reed Hastings (da Netflix), entre outros 350. Investidores tecnológicos e administradores como Warren Buffett da Berkshire Hathaway e Marry Barra da General Motors também assinaram a carta.

O programa, designado “Deferred Action for Childhood Arrivals”, foi criado em 2012 por um decreto pelo então presidente, Barack Obama. Entretanto, aproxima-se o prazo legal para o seu cancelamento, numa altura em que se receia que Donald Trump se decida por esta via. Os executivos esperam que a carta possa levar o chefe da Casa Branca a manter a iniciativa.

Eles sublinham que 800.000 “sonhadores” protegidos actualmente pelo programa enfrentaram o risco de deportação imediata em caso de cancelamento do programa, o que resultaria em perdas estimadas em 460 biliões de dólares para a economia e 25 biliões para o sistema de segurança social e impostos.

GESTÃO DO BREXIT

Theresa May criticada



Theresa May, pela sua gestão do Brexit, dizendo que a líder do país “precisa de um aperto” e priorizar os interesses do país e não do seu partido.

Sadiq Khan acusou o governo de não ter qualquer “plano de jogo” para levar a cabo o processo de desmembramento da União Europeia, horas depois dos negociadores britânicos terem reconhecido a falta de progresso no final de mais uma ronda de negociações em Bruxelas.

presidente da câmara de Londres criticou duramente a primeira-ministra britânica,


Nas últimas semanas vários investidores mostraram-se preocupados ante a possibilidade de o Reino Unido enfrentar um divórcio turbulento do seu maior parceiro comercial, a menos que as negociações comecem a surtir efeitos imediatamente.

Já se passaram quase ano e meio desde que os britânicos votaram maioritariamente pela saída do seu país da EU, num processo que, segundo as regras europeias, deve estar completo até Março de 2019.

Khan, membro do Partido Trabalhador, o principal da oposição, disse à CNN que não estava claro qual seria a estratégia do governo durante as conversações com os demais 27 membros da união.

PUB

Workshop



Paulo Finuras, Ida
Knowledge Matters

O Factor Confiança na Liderança (e não só!)

A ciência para criar líderes e equipas de elevada confiança

2 a 6 de outubro 2017

Inscrições limitadas
humanskillsangola@gmail.com



Paulo Finuras, Ph.D




Belas Business Park - Via 1, s/n
Ed.º Cabinda - Sala 101
Talatona . Luanda - Angola

Organização

HS - HumanSkills®

Consortium

Media Partner



Ambiente

NA FLORESTA DA AMAZÓNIA, BRASIL

Quase 400 novas espécies descobertas em dois anos

DESCOBERTA. Entre as novas espécies, incluem macacos, golfinhos, anfíbios e répteis, na região amazónica. Uma nova espécie foi registada a cada dois dias.



Entre as espécies mais chamativas, figura um macaco, com uma longa cauda avermelhada.

Cientistas descobriram 381 novas espécies de fauna e flora, incluindo macacos, golfinhos, anfíbios e répteis, na região amazónica em dois anos. Segundo o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), uma nova espécie foi registada a cada dois dias entre Janeiro de 2014 e Dezembro de 2015, a maioria em áreas de conservação ou zonas próximas.

De acordo com o relatório da organização ecológica, foram descobertas na selva amazónica 216 plantas, 93 peixes, 32 anfíbios, 19 répteis, 20 mamíferos – dois deles fósseis – e uma ave.

Entre os mais chamativos, figura um macaco, com uma longa cauda avermelhada, avista-

do no noroeste do estado de Mato Grosso, Brasil, uma nova espécie de golfinho de água doce, que se estima que tenha aparecido há 2,8 milhões de anos, e um pássaro com um canto muito peculiar.

Segundo os investigadores, quatro das espécies foram registadas na Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca), que tem sido, nos últimos dias, objecto de um intenso debate devido a um polémico decreto do governo brasileiro que abria essa área de mais 47 mil quilómetros quadrados – uma superfície maior do que a Dinamarca – para a exploração mineira privada.

Essa área foi criada em 1984, ficando entre os estados do Amapá e do Pará, fronteiriços com o Suriname e Guiana Francesa.

Em resposta à onda de críticas, o executivo decidiu alterar o

MEMORIZE

● Esta é a terceira edição do relatório, divulgada pelo WWF a par com o Instituto Mamirauá, elaborado por dezenas de cientistas que estudaram as espécies no terreno e contrastaram as novas descobertas com as bases de dados existentes.



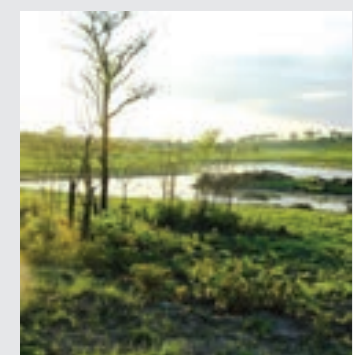
decreto, mas a justiça federal brasileira determinou a sua suspensão, bem como a de “qualquer acto administrativo” que procure extinguir a Renca, uma decisão da qual Bra-

sília já anunciou que vai recorrer.

Esta é a terceira edição do relatório, divulgada pelo WWF a par com o Instituto Mamirauá, elaborado por dezenas de cientistas que estudaram as espécies no terreno e contrastaram as novas descobertas com as bases de dados existentes.

O documento destacou que, apesar dos esforços dos últimos anos, “existe, todavia, uma lacuna em termos de conhecimento sobre a real diversidade da Amazônia”, devido à vasta extensão do território ou à “ausência de recursos para efectuar investigações”.

O WWF ressaltou a importância de se “redobrar a atenção” naquela região, que “sofreu o impacto da desflorestação, da actividade agropecuária e de grandes obras de infra-estruturas, como a construção de hidroeléctricas e estradas”.



HUÍLA

Parque do Bicular carece de estudos

O administrador do Parque Nacional do Bicular, José Maria Kandungo, apelou, na passada semana, na Matala, Huíla, os académicos nacionais e estrangeiros a promoverem estudos científicos sobre a flora e fauna na reserva natural, visando a descoberta de novas espécies.

Em declarações à Angop, José Maria Kandungo avançou que o Parque Nacional do Bicular “precisa de estudos científicos”, por possuir uma diversidade de animais e plantas que são desconhecidas no mundo da ciência e que pode ser “importante para o programa de diversificação da economia do país.”

O responsável considerou tratar-se de uma reserva natural “fértil” e que “precisa de acções práticas” de estudos para proteger os espaços e o habitat dos animais, apelando igualmente os empresários a investirem no ecoturismo da reserva, com a construção de hotéis e ‘resorts’, entre outras infra-estruturas, que possam atrair os visitantes e turistas.

Habitam no Parque Nacional do Bicular animais como elefantes, chita, leopardo-caçador, palanca vermelha, hiena, mabecos, onça, olongos, javalis, entre outros.

Educação & Tecnologia

A ideia é que estas criptomoedas beneficiem a Estónia e os seus e-residentes internacionais.



ESTÓNIA É CONSIDERADA O PAÍS MAIS DIGITAL DO MUNDO

O primeiro país com moeda nacional digital

INOVAÇÃO. 'Estcoin' pode tornar-se na primeira moeda nacional digital do mundo. Ao adoptar a medida, a Estónia pretende criar um fundo de investimento digital.

O governo da Estónia apresentou uma proposta para criar a primeira moeda nacional digital, a 'estcoin', que funciona como as já conhecidas 'bitcoins'. Kaspar Korjus, director do programa estatal e-Residência (que pretende que tudo o que esteja relacionado com a vida dos cidadãos seja tratada digitalmente), escreveu num 'blog post' que a ideia é que estas criptomoedas beneficiem a Estónia e os seus e-residentes internacionais.

Segundo a publicação tecnológica The Next Web, com o lançamento desta moeda digital, a Estónia – considerado o país mais digital do mundo – quer ser o primeiro país a criar um fundo de investimento digital, que teria uma oferta de moedas

inicial (ICO), equivalente às ofertas públicas iniciais (IPO) que já existem nos mercados e permitem que as empresas sejam cotadas em bolsa.

O fundador da moeda digital 'Ethereum', Vitalik Buterin, afirmou que “uma ICO dentro do ecossistema da E-residência criaria um incentivo de alinhamento forte entre os e-residentes e o fundo e, além do aspecto económico, isto faria com que os e-residentes se sentissem mais como uma comunidade, porque há mais coisas que poderiam fazer juntos”.

Buterin tem acompanhado de perto o desenvolvimento digital da Estónia – país que também teve o primeiro-ministro mais jovem da União Europeia – e acredita que lançar uma moeda digital oficial permitiria criar novas formas de os investidores apoiarem o sucesso de um país.

Korjus explica que há várias formas de gerir este tipo de fundos,

mas que uma das opções seria replicar a estrutura do fundo de petróleo norueguês: o dinheiro angariado através da ICO seria investido em operações públicas e privadas, que fariam com que a Estónia evoluísse enquanto nação digital. O facto de os cidadãos da Estónia já terem um sistema de identificação digital permitiria que isto acontecesse mais facilmente.

“Acreditamos que as identidades digitais seguras que já temos são a melhor solução para transaccionar activos encriptados num ambiente digital transparente e de confiança. Evitaria que fossem utilizadas em actividades ilegais. Ainda estamos a discutir esta ideia, mas podemos ter uma opção em que as pessoas se poderiam identificar, mas poderiam transaccionar de forma anónima, se quisessem. Se alguma coisa corresse mal, os reguladores teriam transparência”, afirmou.

ARQUITECTURA

Árctico vai receber o maior centro de dados do mundo

A pequena cidade de Ballangen, na Noruega, está destinada a receber o maior centro de dados do mundo. Quando estiver construído, o KOLOS vai tirar proveito do clima do Círculo Polar Ártico para reduzir os custos com electricidade.

O KOLOS está a ser planeado e financiado por uma 'joint venture' norte-americana e norue-

guesa com o mesmo nome, que garante que o complexo de edifícios vai atingir um recorde de consumo de 1.000 megawatts de electricidade. No seu site, garante que o clima frio de Ballangen e o acesso à energia hidroeléctrica vão permitir reduzir os custos com energia em 60%.

A empresa garante que o KOLOS vai ser “um forte para dados”, uma vez que o local está “rodeado de água e colinas, o que permite uma protecção natural contra riscos físicos”.

O centro de dados vai criar directamente entre 2.000 e 3.000 postos de trabalho (e Ballangen tem pouco mais de 2.000 habitantes).

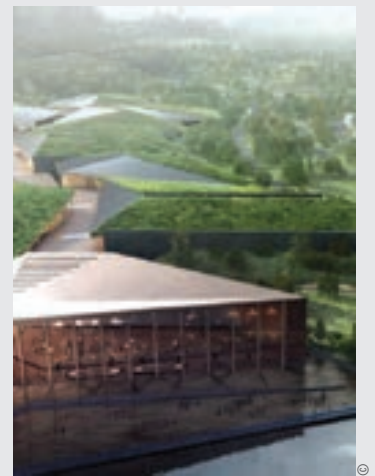
10

Mil a 15 mil postos de trabalho indirecto poderão ser criados com a implementação do projecto.

Uma análise ao impacto económico garante ainda que vai indirectamente criar entre 10 mil e 15 mil postos de trabalho na região.

A região escandinava já não estranha a construção de grandes centros de dados — o centro de dados do Facebook está a cerca de 400 quilómetros de Ballangen, na Suécia.

Por enquanto, o KOLOS ainda não saiu do papel. Toda a estrutura do complexo está pensada para se camuflar na região ártica envolvente, imitando até o curso natural de um glaciar.



Marcas & Estilos

Espera valiosa

Os casacos 'Olho de Pássaro' são feitos por encomenda. Tão simples quanto isso: uma vez o pedido feito, o seu 'Olho de Pássaro' começa imediatamente a ser produzido. A posição na fila de espera só depende de si e chega-lhe a partir do Reino Unido, Nova Iorque ou de Itália. E leva nada mais do que quatro semanas a ser feito.

Jóias intemporais

Este colar da Unique realça em grande escala a perfeição dos adornos femininos. Os 18 quilates de ouro branco em tom rosado justificam o nome que lhe foi atribuído, com carácter intemporal e picante.

Passos cristalizados

Sentir-se nas estrelas nunca foi tão fácil sobre os saltos-altos do designer italiano Sergio Rossi. Foram trabalhadas em camurça desnudo com cristais 'swarovski' brancos. Tudo para que a sua auto-estima esteja sempre a dar saltos altos.

Disparos para a eternidade

Elegante, discreta e muito dinâmica, a câmara fotográfica Leica M-P faz parte de um modelo rápido aos sistemas tecnológicos mais recentes. Resistente a quedas e riscos, comporta uma lente de vidro de safira. Rapidez para captar 24 fotos por disparo.

Aproveitar sempre

Com a poltrona Proust Geometrica das colecções Alessandro Mendini, os seus momentos de ociosidade serão vividos de modo singular. Trata-se de relaxar num cadeirão com moldura de madeira entalhada e pintada à mão. As tardes de gélidas poderão ser tropicalmente bem aproveitadas.

Horários únicos

O único turbilhão que vai sentir é a agradável sensação de ter no pulso este cronógrafo De Ville Central Tourbillon da OMEGA, a expressão sublime da habilidade de fazer relógios. É uma peça artesanal criteriosamente desenhada, que resultou no único e melhor relógio do mundo, com apenas 500 horas de fabrico.

TURISMO

Huíla: Um encanto natural

A Huíla é considerada uma das grandes potencialidades turísticas de Angola, devido às encantadoras paisagens e outras maravilhas. Lubango, a capital, antigamente chamada de Sá da Bandeira, foi uma das primeiras cidades a ter um liceu, o Nacional Diogo Cão.

Na Huíla, há várias opções de hotéis e pensões para todos os gostos e bolsos. O Grande Hotel da Huíla é um marco da cidade devido à estrutura arquitectónica. Com uma piscina, possui 78 quartos e um restaurante para 150 pessoas.

Os pratos típicos são o leite azedo com funje de milho, calulu de peixe seco e fresco, muamba de dendém e kizaca (folha de mandioca) refogada. Além dos pratos típicos, é possível encontrar-se, em alguns restaurantes, gastronomia de outros países.



AUTOMÓVEL

BMW G30: Liderança tecnológica

A sétima geração do BMW Série 5, garante a fabricante, aponta o caminho para o futuro. A marca vê a liderança tecnológica, os produtos emocionalmente ricos e a digitalização como factores essenciais para o sucesso.

No desenvolvimento desta nova geração, uma das prioridades foi a dinâmica de condução. Nesse sentido, a BMW partiu de um conceito de design completamente diferente e que obrigou a

uma escolha dos materiais e atenção ao detalhe bem mais rigorosa.

O resultado foi um coeficiente aerodinâmico melhorado, um novo chassis, uma suspensão que garante maior rigidez, um centro de gravidade mais baixo e uma redução de peso em cerca de 100 kg, apesar do aumento das dimensões gerais do carro, o que, segundo a marca, beneficia também o conforto para os passageiros.



AGENDA

LUANDA

ATÉ 6 DE SETEMBRO

2.ª Exposição do artista plástico Mumpasi Meso 'vibração mosaico', na galeria Tamar Golan. Entradas grátis.

ATÉ 22 DE SETEMBRO

Exposição de pintura 'Metamorfose' de Álvaro Sampaio, no Hotel Términus, Lobito. Entradas grátis.

6 DE SETEMBRO

Espectáculo de dança dos famosos bailarinos franceses Amala Dianor e Junior Bosila, na Casa das Artes, Talatona. Às 20 horas. Ingressos a partir de 2.000 kwanzas.

8 DE SETEMBRO

Concerto intimista de Irina Vasconcelos e Filipe Mukenga, na Casa das Artes, em Talatona. Ingressos a 5.000 kwanzas. Às 19h:30.

9 DE SETEMBRO

'Show de humor' com os Tunezas e Kotingo, no Cine Kalunga, em Benguela. Às 19h:30. Ingressos a 2.500 kwanzas.

Os Tuneza têm estado “muito felizes” com os resultados do trabalho que têm feito e implementado para o desenvolvimento e expansão da arte.

OS TUNEZA, HÁ 15 ANOS A FAZER RIR O PÚBLICO

“Vivemos única e exclusivamente do humor”



O grupo dedica-se ao Humor desde 2003.

Mário Mujetes © VE

15 anos de humor

Foi em 2003 que ‘Os Tuneza’ resolveram assumir a responsabilidade de fazer rir. Inicialmente, apareceram como um grupo teatral, constituído por integrantes do extinto Colectivo de Artes Tuneza, criado em 1999. Os humoristas passaram a apresentar-se em vários restaurantes e espaços públicos de Luanda.

Na TPA, o grupo apresenta o programa ‘Fora de Série’. Em 2006, passam a apresentar o programa ‘Kialumingo’, na Rádio Luanda. No ano seguinte, o primeiro álbum musical do quinteto é publicado, intitulado ‘Humor ao Domicílio’. Em 2008, lançam o DVD ‘Fora de Série’, contendo as dez primeiras edições do programa de mesmo nome. Em Dezembro de 2009, o grupo estreia o programa ‘Coisa Doida’, na TV Zimbo.

Em 2016, estreiam, no ‘Mundo Fox’ da DStv ‘Os Tropas D’os Tuneza’, um programa de humor com humoristas de todo o país e passam a fazer parte de uma ‘batalha de humor’ da qual saem vencedores.

HUMOR. Os Tuneza assumem-se como uma “referência obrigatória” quando o assunto é fazer rir. O quinteto, composto por Costa, Tigre, Ceslaly, Orlando e Gilmário, não tem dúvidas de que fazer humor em Angola é “rentável”. Prova disso, são os 15 anos de carreira que carregam a viver exclusivamente da arte de fazer rir.

Por Lúcia de Almeida

Apesar de considerar que “não é ético” revelar quanto é que se ganha por cada espectáculo, Ceslaly Paulo, que conquistou o público com a personagem ‘Mana Madó’, nas entrelinhas, revela que o rendimento do grupo garante a sustentabilidade do conjunto para os próximos anos. “Preferimos não abordar assuntos monetários, porque só interessam ao grupo e a quem queira negociar connosco”, explica o humorista, garantindo que o grupo ganha a vida a ‘alegrar o coração e o rosto das pessoas’. “Nós, os Tuneza, vivemos única e exclusivamente do humor”.

O sucesso que o grupo regista actualmente leva-os a fazer muitas actuações em Angola e no exterior. Por exemplo, em 2015, o grupo quase ‘rebentou pelas costuras’ o Coliseu dos Recreios, em Lisboa, Portugal, com um espectáculo que resultou num DVD.

A viver momentos de “graça”, os Tuneza têm estado “muito felizes” com os resultados do trabalho que têm feito e implementado para o desenvolvimento e expansão da arte. “Pretendemos revolucionar o humor angolano a cada dia que passa”, almeja Ceslaly, o porta-voz do grupo.

Tal como acontece entre casais, com os Tuneza ‘nem tudo são flores’. O grupo também vive

O humor é das actividades que mais espectáculos realiza e por isso os artistas têm o prazer de acompanhar espectáculos dos colegas.

momentos de acasas “discussões”, mas acredita que, quando se tem objectivos comuns e se sabe aonde se pretende chegar com o trabalho, as pequenas brigas não ser-

vem para os separar, mas sim de “alento para ultrapassar e caminhar com mais foco”.

Ceslaly Daniel, de 38 anos, garante que o grupo nunca pensou em desistir pois tem sempre contratos “muito sólidos” e um “compromisso” com os fãs. “Por isso mesmo, os trabalhos individuais que alguns membros do grupo fazem (nomeadamente o Costa e o Gilmario) não interferem na relação do elenco”. Pelo contrário, acrescenta, “servem de experiência” e são sempre feitos nos momentos em que o grupo se encontra de pausa de modo a não chocar com a agenda.

Atendendo à situação política que o país atravessa, o grupo espera que

“o novo Governo consiga manter o que está bem e que consiga alcançar aquilo que as pessoas esperam”, desejando essencialmente que “se criem políticas para desenvolver a cultura, para que se multiplique o número de fazedores de arte.

Para o grupo, o humor é das actividades que “mais espectáculos realiza e por isso mesmo, justifica o prazer de acompanhar espectáculos dos outros colegas “para terem uma maior atenção de tudo o que se faz, como está a ser feito e, sobretudo, o que deve melhor”. Apelam, portanto, que os novos humoristas “cheguam devagar” para poderem alcançar o que os outros artistas “levaram anos a conseguir”.

NÚMEROS DA SEMANA

77,3

Mil milhões de kwanzas é o valor atingido pela dívida pública nacional, desde o início do ano até ao presente momento, segundo noticiou a agência Lusa.

97,9

Milhões de dólares é o total do valor que Governo deverá despendar para a manutenção das linhas dos caminhos-de-ferro de Luanda e de Benguela.

858,9

Milhões de quilates de diamantes foi a quantidade média exportada em Julho por Angola, segundo dados do Ministério das Finanças.

30,6

Mil hectares, mais vinte em relação ao período anterior, é a extensão de terra preparada para a campanha agrícola 2017/2018 no município dos Bundas, no Moçico.

DESPACHO PRESIDENCIAL

Criada empresa pública de madeira

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, autorizou a criação de uma empresa pública vocacionada para a exploração florestal. Segundo um decreto presidencial, Madeiras de Angola, abreviadamente MADANG-EP, é a denominação da mais nova empresa do Estado.

Ainda segundo o documento presidencial, datado de 31 de Agosto, à MADANG-EP, que tem um capital social de 20 milhões de kwanzas, fica reservado até 30% do volume da quota anual de corte atribuída a cada província de intervenção, cabendo o restante volume da quota às demais empresas florestais, não associadas à empresa pública.

O Governo justifica a criação da empresa com “a necessidade da criação de uma entidade empresarial pública de gestão de participações financeiras em actividades de exploração florestal, em cumprimento ao

preceituado na Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem”.

O documento, que vimos citando, explica ainda que a MADANG-EP dever ter a sua sede em Luanda, podendo por deliberação do seu conselho de administração estabelecer ou encerrar filiais e outros tipos de representação em Angola ou no estrangeiro.

A madeireira pode ainda estabe-

lecer parcerias com empresas privadas, limitando a sua participação até 30%, em quanto 51% fica com investidor estrangeiro e 19% deve ser controlado por um ou mais parceiros nacionais. “A MADANG-EP rege-se pela Lei de Bases do Sector Empresarial Público”, lê-se no decreto, já publicado em Diário da República.

António Miguel



CAMINHOS-DE-FERRO DE MOÇÂMEDES

Manutenção custa 55,8 milhões USD

A manutenção de 900 quilómetros de linha férrea de Moçâmedes deverá custar aos cofres do Estado cerca de 55 milhões de dólares. O Governo autorizou já a contratação da empresa China Hyway para assumir a empreitada.

Segundo um decreto presidencial, a contratação externa é justificada com a “incapacidade técnica” da empresa pública, Caminhos-de-Ferro de Moçâmedes (CFM). Aquela linha férrea liga as cidades de Moçâmedes, na província sulana do Namibe, a Menongue, no

Kuando-Kubango, a Leste de Angola.

A linha começou a ser construída no período colonial português, em 1905 e só foi concluída quase 60 anos depois. A guerra civil, após a independência, entre 1975 e 2002, tornou a linha inoperante, até à sua reconstrução, concluída em 2011.

A reabilitação e modernização foi realizada pela empresa China Hyway, que volta a ser escolhida para esta nova empreitada, orçada em mais de 50 milhões de dólares. O Governo autorizou também, por

motivos idênticos, a contratação de outras duas empresas chinesas para garantir a manutenção das linhas do caminho-de-ferro de Luanda (428 quilómetros) e de Benguela (1.344 quilómetros).

A reabilitação da rede ferroviária custou, entre 2005 e 2015, cerca de 3,5 mil milhões de dólares e foi garantida por empresas chinesas. A reabilitação das três linhas nacionais edificadas durante o período colonial envolveu 2.612 quilómetros de rede e a construção de raiz de 151 estações ferroviárias.



ZAIRE

Infracções tributárias aumentam

Onze infracções tributárias foram notificadas, na última semana, pela Polícia Fiscal, no Zaire, tendo-se verificado um aumento de quatro ocorrências em comparação à semana anterior, noticiou a Angop, na passada sexta-feira.

Do total das transgressões, cinco foram presumíveis contrabandos de mercadorias não declaradas ou manifestadas, quatro por contrabando qualificado e dois por fraude fiscal, ocorridas nos postos fiscais do Luvo (Mbanza Kongo) e Minga, no município do Cuimba.

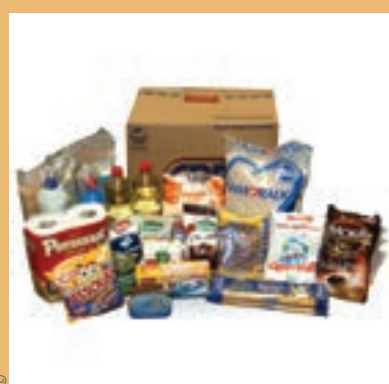
A Polícia Nacional (PN) realça que, em função das infracções tributárias, foram apreendidas duas viaturas ligeiras e quantidades consideráveis de produtos da cesta básica.

Quanto ao contrabando de combustível, a PN relata a apreensão, neste intervalo de tempo, de 6.875 litros de derivados de petróleo, que eram transportados para a República Democrática do Congo (RDC), onde seriam comercializados.

O VALOR ESTA SEMANA

COMÉRCIO FRONTEIRIÇO
Decreto sem efeito

As autoridades angolanas continuam a exigir licenças nas actividades comerciais fronteiriças terrestres entre cidadãos nacionais e residentes em países com os quais Angola faz fronteiras, apesar da entrada em vigor, há cerca de três meses, de um diploma que pretende reestruturar os procedimentos de licenciamento do comércio. Pág. 8



PRODUTOS ESSENCIAIS
Eleições fazem disparar preços

Os rendimentos dos angolanos desvalorizaram durante o período eleitoral, tendo o Índice de Preços no Consumidor Nacional (IPCN) registado uma variação de 4,26% entre os meses de Junho e Julho, indicam dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) que esclarece que a tendência de subida do nível de preços se manteve em Agosto. Pág. 9

BANCA
Postal reforça serviços

O Banco Postal prevê lançar, nos próximos dias, a segunda linha de negócio da sua estratégia operacional, que privilegia o “comércio e empresários” e a formalização dos pequenos negócios. Entidade bancária já conta com uma rede de quatro agências e 110 quiosques e mais de 60 mil clientes. Pág. 16